

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BERNARDO KOCH KRANZ**

**CAPITÃO AMÉRICA (V4): *SOFT POWER* E DIPLOMACIA CULTURAL NA  
GUERRA AO TERROR (2002-2006)**

**Santana do Livramento  
2015**

**BERNARDO KOCH KRANZ**

**CAPITÃO AMÉRICA (V4): *SOFT POWER* E DIPLOMACIA CULTURAL NA  
GUERRA AO TERROR (2002-2006)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Relações Internacionais pela Universidade  
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

**Santana do Livramento**

**2015**

Catálogo da Publicação  
Serviço de Documentação  
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

K89c Kranz, Bernardo Koch.  
Capitão América (V4): Soft Power e Diplomacia Cultural na Guerra ao Terror (2002-2006) / Bernardo Koch Kranz. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2015.

ix, 82 f. ; 23 il. : 29,7 cm.

Orientador: Renato José da Costa

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2015.

1. Soft Power. 2. Diplomacia Cultural. 3. Comic Books. 4. Doutrina Bush. 5. Capitão América. – Monografia. I. Costa, Renato José da. II. Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações Internacionais, 2015. III. Capitão América (V4): Soft Power e Diplomacia Cultural na Guerra ao Terror (2002-2006).

CDD: 327.2

**BERNARDO KOCH KRANZ**

**CAPITÃO AMÉRICA (V4): *SOFT POWER* E DIPLOMACIA CULTURAL NA  
GUERRA AO TERROR (2002-2006)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Relações Internacionais pela Universidade  
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03/12/2015.  
Banca examinadora

---

Prof. Dr. Renato José da Costa  
Orientador  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveira  
(UNIFESP)

---

Prof. Dr. Hector Cury Soares  
(UNIPAMPA)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela oportunidade e a atenção!

Ficam também os agradecimentos a minha família, que muito apoiou nos anos da graduação, aos grandes amigos que trouxe da infância pra vida e aos amigos da CLEP. Meus sinceros agradecimentos também ao orientador e amigo Renato Costa, que aceitou o desafio de trabalhar com uma temática tão diferente, além de todas as outras pessoas que estiveram presentes na minha vida dentro da universidade.

Agradeço também a Steve Dikto, Stan Lee e Neil Gaiman, além de diversos nomes que me aproximaram do mundo das *Comic Books*, incluindo incontáveis voluntários que se dispõem a digitalizar essas obras.

Ao competitivo de League Of Legends, pela diversão, entretenimento e amizades proporcionadas.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as *Comic Books* do Capitão América, produzidas entre 2002 e 2006 e publicadas através da editora Marvel Comics, utilizando-se dos estudos de *soft power* e diplomacia cultural para uma abordagem concreta do objeto de estudo dentro das Relações Internacionais. Essas *Comic Books* dialogam com diversos elementos presentes na sociedade norte-americana no período pós-atentados, como o nacionalismo e a islamofobia, apresentando temas também presentes na política externa da administração de George W. Bush, como a Guerra ao Terror e a busca por armas de destruição em massa. Esses construtos têm um importante papel na sociedade norte-americana, contudo também geram impacto em leitores de todo o mundo que, no Século XXI, têm rápido acesso a esse material. Dessa forma, atualmente as *Comic Books* norte-americanas ganham um novo aspecto de promotores da diplomacia cultural, ao dialogar diretamente com a população civil de outros países. Nesse sentido, este estudo analisa as referidas *Comic Books* no intuito de apontar que os aspectos mais marcantes da política externa do presidente George W. Bush estão presentes nelas e de modo ideologizado, ou seja, ratificando a perspectiva governamental.

Palavras-chave: *Soft Power*. Diplomacia Cultural. *Comic Books*. Doutrina Bush. Capitão América.

## ABSTRACT

This essay objectify the analysis of Captain America *Comic Books*, created between 2002-2006 and published by Marvel Comic, utilizing the studies of soft power and cultural diplomacy in order to made a solid approach of the subject inside the International Relations. This *Comic Books* dialogues with various elements presents on American society in the post-attack period, like nationalism and islamofobia, presenting themes that are also present on foreign policy of the George W. Bush administration, like war on terror and the search for weapons of mass destruction. This constructs have an important role inside American society, but also generate impact on readers around the world, who have quickly access to this material on the XXI century. This way, nowadays the American *Comic Books* achieved a new aspect of promoters of cultural diplomacy, talking directly to the civil population of other countries and acting as a United States soft power tool. Therefore, this study analyzes the previous mentioned *Comic Book* in order to demonstrate that the most remarkable aspects of the foreign policy orchestrated by George W. Bush show up on them in an ideologized way, thus ratifying the governmental perspective.

Key Words: Soft Power. Cultural Diplomacy. Comic Books. Bush Doctrine. Captain America.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capitão América e Uncle Sam liderando tropas.....	58
Figura 2 – incentivos ao recrutamento.....	59
Figura 3 – A Apoteose do Capitão América.....	60
Figura 4 – Fonte de inspiração.....	61
Figura 5 – Unidos pela liberdade.....	62
Figura 6 – Capitão América e a Terceira Guerra mundial.....	64
Figura 7 – Aprendizado e mudança na atuação.....	65
Figura 8 – O novo ataque.....	66
Figura 9. – O sequestro do avião.....	68
Figura 10 – al Qaeda na ficção.....	69
Figura 11 – al Qaeda na realidade.....	70
Figura 12 – O rifle soviético.....	71
Figura 13 – Osama Bin Laden na ficção.....	71
Figura 14 – Osama Bin Laden na realidade.....	72
Figura 15 – Um falso inimigo.....	73
Figura 16 – Samir, um inocente.....	75
Figura 17 – Equívocos.....	77
Figura 18 – Liberdade religiosa em Guantánamo.....	78
Figura 19 – As armas de destruição em massa.....	81
Figura 20 – A corrupção cubana.....	83
Figura 21 – Um “super-herói” cubano.....	84
Figura 22 – Jihadistas e as armas de destruição em massa.....	85
Figura 23 – A traição Cubana.....	86



## **LISTA DE SIGLAS**

ADM – Armas de destruição em massa

IMA – Ideias Mecânicas Avançadas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

S.H.I.E.L.D. – Strategic Hazard Intervention, Espionage and Logistics Directorate

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	UMA VISÃO ALTERNATIVA DE PODER .....	13
2.1	A evolução do conceito de <i>Soft Power</i> .....	16
2.2	A Diplomacia Cultural.....	24
3	A ERA BUSH E A GUERRA AO TERROR .....	30
3.1	O neoconservadorismo e a política externa dos EUA .....	32
3.2	A era Bush e a Guerra ao Terror.....	38
4	O CAPITÃO AMÉRICA E A GUERRA AO TERROR .....	47
4.1	Capitão América: Histórico político e social do personagem.....	49
4.2	Diplomacia Cultural e <i>Soft Power</i> na Guerra ao Terror .....	54
4.2.1	Nacionalismo e o Sonho Americano.....	56
4.2.2	A nova perspectiva de atuação em política externa .....	63
4.2.3	A nova Guerra ao Terror do século XXI.....	67
4.2.4	A batalha contra a Islamofobia e a restauração do prestígio através da defesa dos direitos humanos .....	74
4.2.5	O Eixo do Mal e as Armas de Destruição em Massa.....	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	88
	REFERÊNCIAS.....	92

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo da cultura como instrumento de política externa mantém-se como um tema pouco explorado no âmbito acadêmico de Relações Internacionais, principalmente no Brasil. Essa ausência de extensas pesquisas sobre a cultura como aparelho de dominação deriva do fato de que as principais bases teóricas para a compreensão do fenômeno de poder através de meios não convencionais, se tratarem de estudos recentes.

No contexto atual, a influência cultural adquiriu um caráter ainda mais importante devido à globalização e à popularização dos meios de comunicação, aumentando consideravelmente o acesso de todo mundo a materiais anteriormente exclusivos de determinada localidade e/ou grupo. A indústria do entretenimento foi uma das grandes beneficiadas por esses processos, expandindo sua influência massivamente, principalmente em determinados formatos de entretenimento que se adaptam bem às novas tecnologias e processos de digitalização, como livros e *Comic Books*<sup>1</sup>. Esses processos promoveram uma expansão colossal do público e do alcance das *Comic Books* no século XXI, fenômeno catapultado com a criação do Marvel Studios e a popularização dos filmes de “super-heróis”.

Lentamente, os “super-heróis” se transformaram em “produto de consumo” não apenas da sociedade estadunidense, mas com amplitude global. O poder de atração exercido por esse método de entretenimento outrora restrito aos norte-americanos, em certa medida, conforme destaca Nye (2012), transformou-se numa “arma” para aliciar outros povos aos valores estadunidenses.

Nessa conjuntura, tornaram-se fundamentais estudos científicos sobre a mensagem transmitida pelas *Comic Books*, e a maneira como essas são influenciadas e influenciam a sociedade. Esses estudos ganham maior relevância quando analisados sob a perspectiva do *soft power* e da Diplomacia Cultural, uma vez que

---

<sup>1</sup> A nona arte é mundialmente conhecida como banda desenhada, capaz de utilizar de forma coordenada imagem e texto de forma a contar uma história. Sua origem pode ser vinculada à arte rupestre, mas sua versão moderna se popularizou no ocidente no século XIX em obras como “As aventuras de Tintin” e “Asterix”. No oriente a banda desenhada tem uma história muito mais rica e complexa, com os primeiros mangás datando do século XIII.

essas vertentes possibilitariam compreender o impacto que esse tipo de produção cria em outras sociedades.

Apesar da falta de indicativos de uma conexão direta entre o governo norte-americano no período de 2002-2006 e os formuladores dessas obras, a conexão histórica entre a Marvel Comics (e em particular o Capitão América) e as agências de propaganda dos Estados Unidos em assuntos-chaves de política, demonstra a importância do apoio das *Comic Books* e de sua facilidade em transmitir mensagens de forma segura e acessível. Assim, apesar de a política externa iniciada com a Doutrina Bush não direcionar oficialmente parte substancial de seus esforços à utilização do *soft power* e à Diplomacia Cultural como instrumentos de legitimação de suas intervenções, mantendo assim a prioridade no *hard power*, elementos do *soft power* não sumiram completamente e estão presentes em diversos meios de comunicação do período, entre eles, as *Comic Books* do Capitão América.

É importante ressaltar que não cabe ao desenvolvimento do presente trabalho a busca pela conceituação inequívoca de cultura, da mesma forma que não é seu objetivo delimitar o alcance do *soft power* nesse caso específico. Contudo, ao optar pelo uso da presente perspectiva teórica, coaduna-se com sua importância e influência na política internacional, conforme exposto no trabalho.

A utilização das *Comic Books* do Capitão América como objeto de estudo e promotor de um grande poder de atração pode parecer uma construção óbvia, contudo, é evidente dentro da historiografia do personagem que não existe um alinhamento automático às políticas adotadas pelo governo dos Estados Unidos, o que cria um paralelo interessante com a posição adotada pela publicação de Capitão América (V4). Visto isso, apesar de reconhecer a existência de elementos específicos que poderiam ser considerados como *soft power* em toda a publicação de Capitão América (V4), utilizaremos na análise apenas os arcos “Captain America Vol 1: New Deal” (RIBER; CASSADAY, 2002) e “Captain America Vol 5: Homeland” (MORALES; BACHALO, 2004) por considerar que seu caráter mais realista e político agregam conteúdo consideravelmente mais relevante à execução dessa pesquisa.

O objetivo do presente trabalho é analisar os elementos da Doutrina Bush presentes nas *Comic Books* do Capitão América (V4) (2002-2006), assim como a

maneira que esses se relacionam com o conceito de *soft power* cunhado por Joseph Nye Jr., em 1990, incorporando, também, informações dos estudos mais contemporâneos focados na Diplomacia Cultural. Os objetivos específicos incluem analisar a construção e evolução das correntes teóricas ligadas ao *soft power* e à Diplomacia Cultural; compreender o contexto histórico em que a Doutrina Bush foi constituída e as suas implicações; e ponderar sobre a importância das *Comic Books* na absorção de demandas da sociedade.

O método de abordagem utilizado no presente trabalho é o Hipotético-dedutivo, com a comparação entre a política externa do governo George W. Bush e as *Comic Books* do Capitão América (V4). A técnica utilizada será a documentação indireta com fontes primárias, através de Imagens e arquivos públicos referentes à Doutrina Bush, e secundárias referentes às publicações sobre *soft power* e Diplomacia Cultural.

Quanto ao método adotado na análise das *Comic Books*, seguiremos as orientações de Pedroso, que indica que

[...] as HQs possuem uma linguagem única que alia elementos visuais e textuais e, ao se combinarem, dão origem a uma nova forma de linguagem, onde tanto o texto quanto as imagens podem ser interpretadas pelos leitores; estes dois elementos interagem e se complementam, tornando impossível analisá-los separadamente [...] (2014, p. 19).

A hipótese de pesquisa indica que devido à representação, por meio de imagens, texto e construção da história narrada, há fortes indicativos de que a *Comic Book* Capitão América (V4) (2002-2006) pode ser compreendida como um elemento de *soft power* da política externa do governo George W. Bush (2001-2009).

Para a obtenção dos objetivos propostos, o presente trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro trata-se da introdução, o segundo traz a reconstrução histórica da criação e do desenvolvimento do conceito de *soft power*, analisando também os estudos mais recentes sobre a efetividade do mesmo, debruçando-se, ainda, sobre o amplamente marginalizado conceito de Diplomacia Cultural e seus estudos.

O terceiro capítulo apresenta as grandes alterações promovidas durante a presidência de George W. Bush, principalmente no que tange à política externa, analisando, com isso, os principais acontecimentos durante os 8 anos de seu mandato

e demonstrando a grande influência exercida pelos neoconservadores na formulação da política externa estadunidense.

O quarto capítulo apresenta os aspectos da Doutrina Bush que estariam contidos em Capitão América (V4), para tanto, promove-se a análise concreta da *Comic Book* sob as perspectivas do *Soft Power* e da Diplomacia Cultural. O quinto capítulo retoma os temas anteriormente discutidos para apresentar suas considerações finais.

## 2 UMA VISÃO ALTERNATIVA DE PODER

Definir poder é uma tarefa hercúlea. Freeman se entrega a essa proposta e procura avançar o debate ao apresentar a seguinte definição:

Power is the capacity to direct the decisions and actions of others. Power derives from strength and will. Strength comes from the transformation of resources into capabilities. Will infuses objectives with resolve<sup>2</sup> (FREEMAN, 1997, p. 3).

Apesar das controversas em relação à sua definição, nunca existiram dúvidas quanto à existência do fenômeno, uma vez que, como aponta Joseph Nye, “[...] power is also like love, easier to experience than to define or measure, but no less real for that”<sup>3</sup> (2004, p. 1).

Dentre as características fundamentais do poder, a sua dependência do contexto é a que cria implicações mais interessantes. Uma poderosa infantaria, apesar de eficiente instrumento coercitivo em relações de poder durante a maior parte da história da humanidade, pouca utilidade teria contra uma arma nuclear, assim como uma autoridade legislativa não tem poder sobre o resultado de uma disputa esportiva. Por sua subordinação à conjuntura, uma análise de poder deve sempre buscar compreender o contexto histórico em que a interação se desenvolve.

A célebre exclamação de Jean-Baptiste Duroselle (2000), “Todo o império perecerá”, parecia extremamente ilusória quando os Estados Unidos da América emergiram da Segunda Guerra Mundial como uma superpotência e detentora de grande parte da riqueza mundial. Paul Kennedy comenta essa participação surreal dos Estados Unidos na economia do planeta ao afirmar que “[...] quando do término desta, Washington tinha reservas em ouro de 20 bilhões de dólares, quase dois terços do total mundial de 33 bilhões” (1989, p. 342).

Tamanho exuberância econômica foi também representada na divisão política do planeta, pois como aponta Immanuel Wallerstein (2004), a conferência de Yalta

---

<sup>2</sup> “Poder é a capacidade de dirigir as decisões e ações de outros. Poder deriva de força e vontade. Força vem da capacidade de transformar recursos em capacidades. Vontade inspira objetivos com determinação” (FREEMAN, 1997, p. 3, tradução nossa).

<sup>3</sup> “[...] poder é, assim como o amor, mais facilmente experimentado do que definido ou medido, mas não menos real por isso” (NYE, 2004, p. 1 tradução nossa).

determinou o *status quo* da segunda metade do século XX, garantido 1/3 do mundo à União Soviética e aos Estados Unidos o restante do planeta, assegurando assim uma divisão em esferas de influência que persistiria até o final da década de 1980.

A colossal participação dos Estados Unidos na economia mundial apresentou um queda considerável nos anos posteriores ao maior conflito da história da humanidade. Contudo, é importante notar que essa queda relativa não pode ser considerada um indicativo real de uma queda de poder estadunidense, visto que, como aponta o cientista político José Luís Fiori,

A partir deste momento vitorioso, é inevitável que a potência vitoriosa perca posições relativas dentro da hierarquia mundial do poder e da riqueza, na medida em que avança a reconstrução dos estados e das demais economias que foram destruídas ou atingidas pela guerra (FIORI, 2008, p. 21).

A reconstrução da Europa, através do Plano Marshall, proporcionou estabilidade econômica para a região ao mesmo tempo que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) produzia estabilidade militar e política, mas a expansão e manutenção da influência estadunidense em outros lugares do mundo logo se apresentaria como uma tarefa mais complicada do que o esperado.

A Guerra do Vietnã (1965-1975), a primeira Crise do Petróleo (1973), o fim do sistema de Bretton Woods (1944-1971) e a inflação nos Estados Unidos criaram um ambiente pessimista quanto ao futuro do país, ainda durante a Guerra Fria. Esse contexto desfavorável levou muitos pesquisadores a questionarem sobre o papel dos Estados Unidos nesse momento ímpar, e essas alterações promoveram debates ligados ao que Kennedy (1989) posteriormente definiu como *Imperial overstretch*, ou seja, uma expansão de compromissos de forma insustentável, que danificaria a integridade hegemônica do país.

Sustentando pelo slogan de campanha *Make America Great Again*<sup>4</sup>, Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos e rapidamente iniciou um projeto de restauração agressiva da atuação americana, que afastou as diversas críticas relacionadas a uma possível redução na capacidade do país de influenciar o cenário internacional. O recrudescimento da Guerra Fria ocorreu através de uma dialética

---

<sup>4</sup> “Faça os EUA Grandes Novamente” (Tradução nossa)



maniqueísta, que colocava a União Soviética como uma representação do que Reagan chamou de “Império do mal” (REAGAN, 1983). A retomada dos gastos com o programa espacial, juntamente com novas intervenções militares e o apoio a diversos grupos antissoviéticos, pressionaram com intensidade a frágil economia da União Soviética, e se mostraram fatores importantes na futura dissolução do bloco socialista.

Mais do que uma apenas uma restauração agressiva da influência norte-americana, a década de 1980 viu o início do colapso soviético em um cenário que cada vez mais se desenhava favorável aos Estados Unidos, que se apresentariam como a única superpotência global. A corrosão da União Soviética traria consequências colossais, pois como lembra Peixoto, “[o] colapso da União Soviética e o fim do socialismo real introduziram importantes mudanças no equilíbrio do poder mundial, que não podem ser ignoradas ou subestimadas” (2002, p. 39).

O cenário internacional, após a Guerra Fria, indicava uma supremacia americana em tudo o que se referia ao poder, mas os Estados Unidos compreenderam bem que “[...] a country can accumulate so much power that in the end it will have no friends at all. And history demonstrates that friendless nations fall to ruin”<sup>5</sup> (ACOCD, 2005, p. 4). Projetando a necessidade de uma transição de uma visão de poder focada exclusivamente no poder bélico, que moldava o cenário internacional dentro da lógica da Guerra Fria, para uma visão sobre poder que fosse mais efetiva nesse novo cenário internacional que se formava, Joseph Nye cunhou o conceito de *soft power*:

Academics and pundits have often been mistaken about the United States power. Just two decades ago, the conventional wisdom was that the United States was in decline, suffering from so-called imperial overstretch. International relations theory at the time suffered from a materialist bias that truncated conceptions of power and ignored the full range of factor that can influence behavior through attraction. This is what I tried to recover in 1990 with the idea of soft power”<sup>6</sup> (NYE, 2009, s.p.).

---

<sup>5</sup> “[...] um país pode acumular tanto poder que no final ele não terá nenhum aliado. E a história demonstra que países sem aliados encontrarão sua ruína” (ACOCD, 2005, p. 4, tradução nossa).

<sup>6</sup> “Acadêmicos e estudiosos muitas vezes estiveram sobre o poder dos Estados Unidos. Há apenas duas décadas, o conhecimento convencional era que os Estados Unidos estavam decaindo, sofrendo da então chamado superextensão imperial. A teoria das Relações internacionais na época sofria de uma percepção materialista que truncava conceitos de poder e ignorava toda uma gama de fatores que podem influenciar comportamento através da atração. Foi isso que tentei recuperar em 1990 com a ideia de *soft power*” (NYE, 2009, s.p., tradução nossa).

## 2.1 A evolução do conceito de *Soft Power*

Em seus diversos construtos teóricos, a análise das Relações Internacionais sempre promoveu debates acerca da importância do poder. Seja sob um prisma realista, em que esse aspecto ganha destaque frente a um sistema anárquico e os Estados buscam a maximização do mesmo para a promoção da segurança, ou até mesmo em teorias focadas na desconstrução do poder como característica de maior influência nas relações interestatais, tal aspecto segue sendo destaque dentro das Relações Internacionais. Para fins desse estudo não cabe pormenorizar essas teorias, mas destacar sua relevância e a importância que destinam ao poder demonstram a centralidade desse tema e a constante necessidade de atualização das relações de poder e o que influenciam nelas.

Sendo mencionado pela primeira vez na *Foreign Affairs*, em 1990, e promovendo uma percepção alternativa de poder, o *soft power* afasta-se de concepções ligadas à coerção e à indução, como destacado pelo autor em seu famoso artigo:

This second aspect of power – which occurs when one country gets other countries to want what it wants – might be called co-optive power or *soft power* in contrast with the hard or command power of ordering others to do what it wants<sup>7</sup> (NYE, 1990, p. 15).

Grande responsável pela cunhagem do termo e pela sua popularização dentro da esfera das Relações Internacionais, Nye carregou fortes influências de estudos mais antigos sobre o poder da atração: “Those who deny the importance of *soft power* are like people who do not understand the power of seduction”<sup>8</sup> (NYE, 2004, p. 7). Exemplo dessa influência em Nye, pode-se destacar os estudos realizados por Webber sobre fontes de dominação e constituição do Estado, em que o sociólogo

---

<sup>7</sup> “Essa segunda forma de poder – que ocorre quando um país consegue fazer outros países querer o mesmo que ele – pode ser chamada de poder cooptativo ou *Soft power*, em contraste com o poder Coercitivo ou *Hard Power* em que ele ordena os outros a fazerem o que ele quer” (NYE, 1990, p. 15, tradução nossa).

<sup>8</sup> “Aqueles que negam a importância do *soft power* são como pessoas que não compreendem o poder da atração” (NYE, 2005, p. 7, tradução nossa).

elencar a existência da autoridade carismática<sup>9</sup>, onde a percepção de características sublimes em um elemento dominador legitima a dominação (2004, p. 57).

Outros trabalhos que identificavam, previamente, a importância da opinião pública, como o clássico *Vinte anos de Crise: 1919-1939 (2001)*<sup>10</sup>, de Edward Carr, certamente auxiliaram na consolidação do conceito dentro da academia de Relações Internacionais.

Nye espelhou o conceito de poder carismático e o adequou ao sistema internacional de forma a oferecer uma alternativa menos agressiva e muitas vezes mais barata de poder, também, que não se limitasse à utilização do poder militar ou econômico e que produzisse resultados através da habilidade de moldar a preferência dos outros. Em suas já clássicas palavras, o autor alega que “[...] Soft power is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments”<sup>11</sup> (NYE, 2004, p. 256).

É importante distinguir como essa nova perspectiva de poder oferecia uma alternativa interessante dentro do momento histórico que foi produzida, visto que o reconhecimento de que apenas o poder militar não seria o suficiente para garantir a continuidade da hegemonia dos Estados Unidos ainda era contestado. As memórias do Vietnã continuavam impulsionando a sociedade norte-americana a valorizar métodos alternativos, que não oferecessem um risco tão grande a seus homens, e a possibilidade de atingir alguns objetivos estratégicos através do poder de atração ganharia espaço nesse contexto.

O *soft power* poderia esbarrar em críticas mais enfáticas em uma sociedade que não expõe seus valores como superiores ou um exemplo a ser seguido, mas a

---

<sup>9</sup> Webber (1978, p. 241-242) considera carisma uma qualidade da personalidade de um indivíduo em que ele é considerado extraordinário e possuidor de características inacessíveis a um indivíduo ordinário, o que levaria ele a ser tratado como um líder. O autor ainda reconhece que não é o carisma que garante a dominação, e sim o reconhecimento dos sujeitos a essa liderança carismática que legitimaria essa forma de dominação

<sup>10</sup> Em seu mais famoso trabalho, *Vinte anos de Crise: 1919-1939 (2001)*, o clássico autor realista reconhece que após a popularização da guerra total e o grande impacto da Primeira Guerra Mundial, a opinião pública passou a ter mais interesse e força sobre as políticas internacionais de seus países, apesar de ainda se manter como um elemento manipulável.

<sup>11</sup> “[...] *Soft power* é a capacidade de conseguir o que se quer através da atração ao invés da coerção ou pagamentos” NYE, 2004, p. 256, tradução nossa).

“excepcionalidade norte-americana”<sup>12</sup> garantia a inexistência de um debate sobre a maneira como os valores dos Estados Unidos interagiriam com outras culturas, visto que sua suposta superioridade garantiria o sucesso incontestável dessa abordagem.

A expansão na importância do *soft power* dentro desse contexto é um aspecto extensivamente trabalhado por Nye. Reconhecendo que “[i]n the twentieth century, science and technology added dramatic new dimensions to power resources”<sup>13</sup> (NYE, 2004, p.18) o autor busca uma percepção concreta da conjuntura desse novo século que se aproximava, procurando identificar, a partir desse contexto, quais serão as próximas alterações significativas e a melhor maneira de atuação dos Estados frente a essas mudanças.

Seguindo essa linha de pensamento, Nye (2012) identificaria ainda que o mundo se organiza de forma diferente em três aspectos de poder: enquanto no aspecto militar existiria uma continuidade da completa supremacia norte-americana, o aspecto econômico seria definido pela multipolaridade, incluindo atores como a União Europeia e a China, enquanto um terceiro aspecto sociopolítico teria uma gama extremamente complexa de atores estatais e não estatais interagindo. A compreensão desse modelo de três camadas é fundamental para entender a importância atribuída por Nye ao *soft power* no século XXI, visto que somente ele seria capaz de influenciar com efetividade nas três camadas.

Dentro dessa lógica, Nye identifica uma redução da importância do poderio militar em certas áreas, uma vez que “[...] islands of peace where the use of force is no longer an option in relations among states have come to characterize relations among modern liberal democracies [...]”<sup>14</sup> (NYE,2004, p. 20). Essa redução da importância do poder militar, somada com a capacidade de influenciar de maneira

---

<sup>12</sup> “A excepcionalidade norte americana” remete-se às origens da república e aos valores defendidos pelos líderes da independência, uma vez que graças a eles a “América nascia livre” (...) sem os vícios das monarquias tradicionais” (PECEQUILO, 2011, p. 39). Essas características se juntarão ao *Destino Manifesto*, que legava aos Estados Unidos o papel de “nação escolhida” e a missão de perpetuar os valores democráticos e republicanos no mundo, pois ela “possuí um destino próprio que a ela, e só a ela, cabe realizar, não podendo ser julgada (...)” (PECEQUILO, 2011, p. 50).

<sup>13</sup> “[n]o século XX, ciência e tecnologia adicionaram novas dimensões dramáticas aos recursos de poder” (NYE, 2004, p. 18, tradução nossa).

<sup>14</sup> “[...] ilhas de paz aonde o uso da força não é mais uma opção nas relações interestatais passou a caracterizar as relações entre democracias liberais modernas” (NYE,2004, p. 20, tradução nossa).

mais eficiente o aspecto sociopolítico, garantiria uma expansão ainda maior da relevância do *soft power* no século XXI.

Após sua criação na década de 1990, o conceito foi lentamente incorporado às construções teóricas das Relações Internacionais, entretanto ainda consistia de algo extremamente abstrato, que era alvo de constantes interpretações incorretas e críticas. Devido às suas características únicas e à complexidade de muitos de seus aspectos, Nye debateu extensivamente sobre o tema em diversos livros e artigos nos últimos anos, pormenorizando os desdobramentos do *soft power* de modo a esclarecer melhor as capacidades do mesmo.

Através das décadas o conceito de *soft power* manteve características básicas como a intangibilidade, mas evoluiu ao incorporar novas dinâmicas e se afastar de uma concepção ligada a sua efetividade geral e abstrata, buscando uma identidade como poder efetivo em determinados contextos.

Após ter utilizado o termo em diversos artigos e livros sem ter se debruçado na busca de uma exposição dedicada exclusivamente ao tema, o autor norte-americano decidiu produzir algo visando esclarecer o assunto em seu livro *Soft power: the means to success in World Politics* (2004). Nye reafirma, nessa obra, a importância do contexto para o poder, uma vez que “[...] power resources are not as fungible as money, what wins in one game may not help at all in another”<sup>15</sup> (NYE, 2004, p. 3).

A abordagem do autor indica também a necessidade de conhecer as preferências dos outros atores de modo a compreender se existe efetivamente uma relação de poder capaz de moldar as preferências, visto que o *soft power* “[...] rests on the ability to shape the preferences of others”<sup>16</sup> (NYE, 2004, p. 5) e existe a possibilidade de uma coincidência entre os desejos do que exerce poder com as ambições dos influenciados por esse poder, uma relação em que não existe uma mudança de preferência.

Apesar de admitir que o *soft power* apresenta grandes limitações em casos específicos, como a captura de um criminoso internacional, a capacidade de atrair

---

<sup>15</sup> “Recursos de poder não são tão fungíveis quanto o dinheiro, e o que leva a vencer em um jogo pode ser inútil em outro” (NYE, 2004, p. 3, tradução nossa).

<sup>16</sup> “Consiste na habilidade de moldar as preferências dos outros” (NYE, 2004, p. 5, tradução nossa).

outros atores para auxiliar essa busca pode reduzir drasticamente as despesas dessa operação, evitando assim que os gastos comprometam a economia interna e a população civil do país. Essa capacidade do *soft power* de complementar aspectos de *hard power* seria trabalhada no futuro através da criação do conceito de *smart power*.

Por ser seu primeiro grande trabalho sobre o tema após os atentados de 11 de setembro de 2001, nessa obra o autor trata também sobre a maneira pela qual o *soft power* poderia auxiliar nesse novo momento do cenário internacional. A afirmação de que “[s]ome radical muslim fundamentalists may be attracted to support Osama bin Laden’s actions not because of payments or threats, but because they believe in the legitimacy of his objectives”<sup>17</sup> (NYE, 2004, p. 2), demonstra como não são apenas os Estados que possuem esse poder de atração. Outro aspecto relevante é o esclarecimento da ineficácia do *soft power* estadunidense dentro desses grupos ou regiões específicas, uma vez que o discurso extremista seria mais atrativo que toda a influência dos Estados Unidos.

Em seu artigo *Get Smart*, publicado na *Foreign affairs* em 2009, Nye volta a comentar sobre a necessidade de trabalhar com o *soft power* em uma estratégia com maior chance de sucesso no Oriente Médio:

The United States and its allies cannot defeat Islamist terrorism if the number of people the extremists are recruiting is larger than the number of extremist killed or deterred. Soft power is needed to reduce the extremist’s numbers and win the hearts and minds of the mainstream<sup>18</sup> (NYE, 2009, s.p.).

Esse trabalho também apresentou uma grande evolução ao demonstrar como uma divisão completa entre *soft* e *hard power* é uma abordagem incompleta, pois o método de utilização dos recursos que definem se estamos diante de um caso de coerção ou cooptação, uma vez que elementos de *hard power* podem gerar atração em casos específicos:

Military and economic resources can sometimes be used to attract as well as coerce – witness the positive effect the U.S military’s relief efforts in Indonesia

---

<sup>17</sup> “[a]lguns muçulmanos fundamentalistas radicais podem ser levados a apoiar Osama Bin Laden não devido a pagamentos ou ameaças, e sim por acreditarem na legitimidade de seus objetivos” (NYE, 2004, p. 2, tradução nossa).

<sup>18</sup> “Os Estados Unidos e seus aliados não podem derrotar o terrorismo islâmico se o número de pessoas recrutadas pelos extremistas for maior que o número de pessoas abatidas ou detidas. Soft power é necessário para reduzir o número de extremistas e vencer os corações e as mentes das pessoas” (NYE, 2009, s.p., tradução nossa).

following the 2004 tsunami on Indonesian's attitudes toward United States<sup>19</sup> (NYE, 2009, s.p.).

A primeira grande explicação sobre *smart power* também se encontra nesse artigo, ainda que o termo tenha sido oficialmente cunhado em 2003. Nye destaca que no contexto atual do planeta é necessário “inteligência contextual” para combinar todos os recursos disponíveis em determinada situação de forma a produzir uma estratégia de sucesso. Essa combinação de recursos do *hard power* e do *soft power* deu origem ao *Smart power*, um construto muito mais sólido e de maior aplicabilidade.

Em seus trabalhos mais recentes, como em sua obra *o Futuro do Poder (2012)*, Nye abre novas possibilidades ao expandir os estudos de *smart power*, demonstrando a aplicabilidade do mesmo em diversos contextos e discorrendo sobre como os Estados Unidos podem utilizar essa abordagem.

Desde sua primeira aparição, o termo *soft power* tem provocado diversas críticas que contestam variados aspectos como a eficácia do mesmo, a possibilidade de aplicação, a dificuldade de verificação e até mesmo sobre a importância do termo dentro das Relações Internacionais contemporâneas.

Na busca por respostas sobre o *soft power* e visando um refinamento do conceito, Benjamin E. Goldsmith e Yusaku Horiuchi publicaram *In Search of Soft power: Does foreign public opinion matter for U.S. foreign policy (2012)*. O artigo expande o conceito de *soft power* em uma área pouco abordada por Nye, a interação entre a opinião pública internacional com a política externa estadunidense e o impacto dessa interação para a relação oficial desses Estados com os EUA. Através da análise de questionários aplicados em 58 países, os pesquisadores chegaram à conclusão de que, ainda que de forma subjetiva, dá mais apoio prático ao *soft power*:

Public Opinion about U.S foreign policy indeed appears to matter when countries make decisions on issues of importance to the U.S. The estimated effect of public opinion about foreign policy is particularly large and robust if a specific foreign policy issue is salient for foreign publics, as we hypothesized. Foreign leaders, it seems, do pay attention to the attitudes of their own public when they weight decisions – such as whether to send troops into harm's way

---

<sup>19</sup> “Recursos militares e econômicos podem ser utilizados tanto para coagir como para atrair – comprove os efeitos positivos do auxílio dos militares estadunidenses após os tsunamis de 2004 na Indonésia e a reação disso na opinião pública dos indonésios” (NYE, 2009, s.p., tradução nossa).

– which might incur significant public concern or opposition”<sup>20</sup> (GOLDSMITH; HORIUCHI, 2012, p. 37).

Outra grande crítica ao conceito de *soft power* surgiu através de uma interpretação errônea dentro da década de 1990, de que Nye defendia a completa substituição dos elementos de *hard power* por elementos de *soft power*. O autor jamais pretendeu que o *soft power* viesse a ser utilizado de forma a relativizar ou desconsiderar a importância do *Hard power*, ele admite as mazelas de sua criação ao afirmar que “[...] even if *soft power* is rarely sufficient it can help create an enabling or disabling context for policy”<sup>21</sup> (NYE, 2009, s.p.).

As colocações de Ying Fan (2007) sobre o tema também são importantes para o debate, pois seus comentários auxiliam na maneira superficial que Nye aborda a transformação de recursos de poder em poder efetivo, pormenorizando também a importância de diversas condições para o sucesso de uma estratégia que contém *soft power*, pois como descreve o autor “[...] country needs to have the ability, means and other resources, quite often, hard resources, to tap into the deposit and convert this potential power into real power”<sup>22</sup> (FAN, 2007, p. 152).

As fontes de *soft power* são reconhecidas em três diferentes campos: “Cultura, valores políticos e política externa” (NYE, 2012, p. 119.). Os estudos sobre o impacto e a produção de *soft power* através de valores políticos e política externa são amplamente conhecidos e divulgados dentro do mundo acadêmico das Relações Internacionais, ganhando destaque através da propagação de bandeiras como liberdade e democracia, transformadas em instituições fundamentais no período atual devido à influência dos EUA, como aponta Giovanni Arrighi:

[...] os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos, primeiramente, por conduzir o sistema internacional à restauração dos princípios, normas e

---

<sup>20</sup> “A opinião pública a respeito da política externa norte-americana parece ter importância de fato quando os países realizam decisões em temas de importância para os Estados Unidos. O efeito estimado da opinião pública sobre a política externa é particularmente amplo e conciso se um tema específico é proeminente para os públicos exteriores, como exposto em nossa hipótese. Líderes estrangeiros, aparentemente, atentam às atitudes de seus públicos quando consideram decisões – como o envio ou não de tropas –, o que pode gerar significativa preocupação pública ou oposição” (GOLDSMITH; HORIUCHI, 2012, p. 37, tradução nossa).

<sup>21</sup> “Mesmo que *soft power* seja raramente o suficiente, ele pode ajudar ao criar um ambiente motivador ou desmotivador para a ação política” ((NYE, 2009, s.p., tradução nossa).

<sup>22</sup> “[...] [Um] país precisa ter a habilidade, meios e outros recursos, muitas vezes provenientes do *hard power*, para transformar esses depositário potencial de poder em poder real” (FAN, 2007, p. 152, tradução nossa).



regras do Sistema de Vestfália; depois, passaram a governar e reformular o sistema que haviam restabelecido (ARRIGHI, 1994, p. 65).

O aspecto cultural do *soft power* foi suscitado ainda na primeira aparição do termo dentro da Foreign Affairs, em que Nye esclarece que “[...] American culture is another relatively inexpensive and useful soft power resource”<sup>23</sup> (1990, p. 168). Apesar de aparecer nas origens do conceito, essa fonte foi negligenciada durante muito tempo, ganhando visibilidade somente nos últimos anos e contando com pouca produção científica sobre o assunto, sendo que apenas recentemente os estudos sobre diplomacia cultural e *Nation Branding* impulsionaram as pesquisas sobre o tema.

A grande dificuldade no estudo do aspecto cultural do *soft power* reside na distância existente entre fontes de atração através da cultura e o Estado, além das dificuldades em compreender como determinada produção cultural interage sobre uma população e quantificar a importância dessa interação para o poder de atração de um Estado. Em relação à essa distância, Nye comenta que “[...] much of American soft power was produced by Hollywood, Harvard, Microsoft and Michel Jordan. But the fact that civil society is the origin of much soft power does not disprove its existence”<sup>24</sup> (NYE, 2005, p. 17).

O autor também volta a ressaltar a importância do contexto para uma compreensão completa do aspecto cultural, ao afirmar que:

Excellent wines and cheese do not guarantee attraction to France, not does the popularity of Pokémon games assure that Japan will get the policy outcomes it wishes. That is not to deny that popular culture is often a resource that produces *soft power*, but as we saw earlier, the effectiveness of any power resource depends on the context<sup>25</sup> (NYE, 2005, p. 12).

---

<sup>23</sup> “[...] a cultura americana é outro recurso de soft power útil e relativamente barato” (NYE, 1990, p. 168, tradução nossa).

<sup>24</sup> “[...] muito do soft power norte-americano foi produzido por Hollywood, Harvard, Microsoft e Michael Jordan. Entretanto, o fato da sociedade civil originar muito do soft power não refuta sua existência” (NYE, 2005, p. 17, tradução nossa).

<sup>25</sup> “Excelentes vinhos e queijos não garantem atração para a França, da mesma forma que a popularidade de Pokemon não garante que o Japão terá os resultados políticos que deseja. Isso não significa que a cultura popular não seja um recurso que pode produzir soft power, mas como vimos anteriormente, a efetividade de qualquer poder depende do contexto” (NYE, 2005, p. 12, tradução nossa).

Nye (2005) indica que o grande trunfo da cultura como fonte de *soft power* é a sua capacidade de reproduzir bons valores americanos e assim atrair através de uma reprodução positiva da sociedade norte-americana. Até mesmo críticas sociais apresentadas por essas reproduções são vistas por Nye como favoráveis ao *soft power* norte-americano por apresentar para outras nações uma sociedade realmente libertária, que permite críticas a seu modo de vida.

Devido às dificuldades relacionadas a uma definição clara do termo cultura, alguns autores como Yin Fang (2007) contestam essa divisão produzida por Nye relacionada às fontes de *soft power*, nesse sentido, acreditam que a cultura de um país inclui seus valores políticos e até mesmo sua política externa, o que permitiria a afirmação de que a cultura é a fonte de todo o *soft power*.

Atualmente o conceito de *soft power* é muito difundido e largamente aceito, entretanto as dificuldades relacionadas à sua aplicabilidade persistem. A diplomacia pública e a diplomacia cultural são instrumentos que podem auxiliar na aplicação desse *soft power* de maneira a expandir esse poder de atração.

## 2.2 A Diplomacia Cultural

Instrumento antigo do receituário diplomático e subutilizado até a popularização dos meios de comunicação, a diplomacia pública é definida por Nicholas Cull como “[...] an international actor’s attempt to manage the international environment through engagement with a foreign public”<sup>26</sup> (CULL, 2009, p. 1). Desde a popularização do *soft power*, sua relação com a diplomacia pública tem produzido um extenso debate sobre a melhor maneira de utilizar esse artifício na aplicabilidade do poder de atração, pois como descreve Jan Melissen: “[...] Public diplomacy is considered crucial to exercise the US’S ample *soft power* assets”<sup>27</sup> (MELISSEN, 2005, p. 4).

Esses debates foram largamente impulsionados após o início do século XXI e o grande desgaste que a imagem dos Estados Unidos sofreu em todo o planeta,

---

<sup>26</sup> “A tentativa de um ator internacional de influir no ambiente internacional através da interação com um público estrangeiro” (CULL, 2009, p. 1, tradução nossa).

<sup>27</sup> “Diplomacia pública é considerada como crucial para exercer os amplos recursos de *soft power* dos EUA” (MELISSEN, 2005, p. 4, tradução nossa).

principalmente após as invasões militares da administração Bush, além das pesadas considerações de Melissen sobre o tema, expõem justamente essa problemática, ao afirmar que

Interestingly, when it comes to exercising soft power, the United States possesses unparalleled assets that are accompanied, as it has turned out, by an unrivalled capacity to make a free fall into the abyss of foreign perceptions<sup>28</sup> (MELISSEN, 2005, p. 7).

As estatísticas obtidas no *Pew Global Attitudes Project: What the World Thinks in 2002* e utilizados por Nye (2004) em sua busca por uma compreensão da opinião pública de diversos países sobre os EUA, evidenciam esse desgaste na imagem do país, todavia confirmam também que o aspecto cultural ainda mantém sua grande popularidade no planeta. Essa manutenção da atratividade da cultura popular estadunidense é fundamental para a continuidade do *soft power* norte-americano, uma vez que as manifestações surgidas em todo o planeta contra a invasão do Iraque demonstraram a redução na atratividade geral de outras fontes do *soft power* dos Estados Unidos, principalmente as relacionadas à política externa do país.

Definida por Milton Cummings como o ramo da diplomacia pública que “[...] refers to the exchange of ideas, information, art, and other aspects of culture among nations and their peoples in order to foster mutual understanding”<sup>29</sup> (CUMMINGS, 2003, p. 1), a diplomacia cultural pode aproveitar dessa conjuntura específica e auxiliar na reconstrução da imagem dos Estados Unidos.

Antiga aliada em momentos de crise, o uso da diplomacia cultural não é novidade dentro do país, tendo sido utilizada extensivamente dentro da segunda guerra mundial, principalmente através de mecanismos como o gabinete de informação da guerra. Sobre essa instituição específica, que utilizava muito de *Comic Books*, Cummings observa que:

The Office of War Information represented the harder-edged side of America’s cultural and information programs. Unlike the exchange programs, which emphasized a two way exchange of ideas and views, the primary job of the

---

<sup>28</sup> “Interessantemente, os EUA possuem recursos incomparáveis quando se trata de exercer soft power, que são acompanhados, como observado, por uma capacidade inigualável de desmoronar em queda livre na opinião pública estrangeira” (MELISSEN, 2005, p. 7, tradução nossa).

<sup>29</sup> “[...] refere-se ao intercâmbio de ideias, informação, artes e outros aspectos culturais entre nações e suas pessoas para promover o entendimento mútuo” (CUMMINGS, 2003, p. 1, tradução nossa).

Office of War Information was to explain America's purposes and objectives to the world<sup>30</sup> (CUMMINGS, 2003, p. 3).

O Advisory Committee on Cultural Diplomacy, em relatório publicado pelo Departamento de Estado (2002), elenca a existência de características únicas da diplomacia cultural que merecem destaque, como sua capacidade única de influenciar o público jovem, seu alcance a membros influentes das sociedades estrangeiras e sua habilidade para conquistar os corações e as mentes das pessoas de todo o mundo, o que aprimoraria de forma sutil a defesa nacional.

Apesar de suas grandes possibilidades, é importante lembrar que para uma diplomacia cultural eficiente e que produza resultados mais perceptíveis, é necessário focar no longo prazo, devido à incapacidade de produzir resultados imediatos com essa abordagem. As maiores dificuldades consistem, contudo, em manter esses programas após o encerramento de uma crise, devido ao recorrente hábito histórico de cancelar iniciativas dessa temática assim que o panorama geral se modificar.

A diplomacia cultural se destaca também por não necessitar de uma posição de hegemonia dentro do sistema internacional para ser eficiente. A Alemanha com seu instituto Goethe, a Inglaterra com o British Council e França com a Aliance Française são exemplos de sucesso do uso da diplomacia cultural, pois conseguem comunicar-se com o público de outros países de forma eficiente e manter parte de sua influência cultural, mesmo após uma redução na influência desses países em outros aspectos relevantes das Relações Internacionais.

Apesar da eficiência dessas antigas agências estatais na aplicabilidade da diplomacia cultural, é importante notar que muitos dos projetos outrora financiados por essas agências, como é o caso das exposições musicais e demonstrações de filmes, podem hoje ser facilmente acessados em qualquer lugar do mundo através da internet. A promoção da cultura e sua acessibilidade foram extremamente impulsionadas com a globalização e a digitalização, o que acabou expandindo também a interação entre atores de uma sociedade com a outra sem a necessidade

---

<sup>30</sup> "O Gabinete de informação de guerra representou a parte mais impositiva dos programas culturais e de informações dos EUA. Diferente dos programas de intercâmbio, que enfatizavam uma troca de perspectivas e ideias nos dois sentidos, a mais importante missão do gabinete de informação de guerra era explicar os propósitos e os objetivos dos Estados Unidos para o mundo" (CUMMINGS, 2003, p. 3, tradução nossa).

do financiamento e da intervenção estatal. Essa visão é compartilhada por Jan Melissen, que afirma que “[b]oth public diplomacy and public affairs are directly affected by the forces of globalization and the recent revolution in communication technology”<sup>31</sup> (2005, p. 13).

Longe de se apresentar como um problema para a diplomacia cultural, essas evoluções são vistas como positivas para a área. Nicholas Cull (2009) advoga que essa distância dos novos promotores da diplomacia cultural em relação ao governo seria benéfica para sua eficiência, pois devido à ausência de uma ligação clara entre os autores e o governo, a percepção do público seria mais receptiva, por notar que não se trata de propaganda ou manipulação estatal.

A diplomacia cultural sendo propagada através de elementos sem nenhuma relação direta com o governo não é algo novo, o jazz o fez na Segunda Guerra Mundial da mesma forma que os grandes nomes do Rock’n Roll fizeram na Guerra Fria, visto que, como elenca o ex-presidente Bill Clinton, “I think it’s probably not wrong to say that Elvis Presley did more to win the cold war when his music was smuggled into the former Soviet Union than he did as a GI serving in Germany”<sup>32</sup> (CLINTON, 2000, p. 2).

A administração de Clinton promoveu a diplomacia cultural ao realizar um evento, em 2000, intitulado “White House Conference on Culture and Diplomacy”, no qual o presidente também afirmou a importância das *Comic Books* para a diplomacia cultural ao declarar que “[...] we needed to find a way to teach children how to avoid landmines, so we choose the universal medium of Superman comics”<sup>33</sup> (CLINTON, 2000, p. 2). Entretanto, essa valorização só aconteceu ao final de sua administração, visto que Clinton também foi responsável pelo corte orçamentário que devastou a diplomacia pública, e, conseqüentemente, a diplomacia cultural dentro dos Estados Unidos na década de 1990.

---

<sup>31</sup> “[t]anto a diplomacia publica quanto os assuntos públicos foram diretamente afetados pelas forças da globalização e a recente revolução nas tecnologias de comunicações” (MELISSEN, 2005, p. 13, tradução nossa).

<sup>32</sup> “Acredito que provavelmente seja correto afirmar que Elvis Presley fez mais para vencer a Guerra Fria quando sua música era contrabandeada para dentro da União Soviética do que quando serviu como soldado na Alemanha” (CLINTON, 2000, p. 2, tradução nossa).

<sup>33</sup> “[...] precisávamos de uma maneira de ensinar as crianças como evitar minas terrestres, então escolhemos o meio universal das *Comic Books* do super-homem” (CLINTON, 2000, p. 2, tradução nossa).

A diplomacia cultural sempre é reforçada em momentos que exista uma percepção sobre uma grande ameaça estrangeira, mas dentro da lógica da Guerra ao Terror esse instrumento torna-se ainda mais vital. Diferente da ameaça soviética ou da amedrontadora Alemanha nazista, o terrorismo não se apresenta como um inimigo que pode ser derrotado apenas através do aumento no investimento militar, pois como identifica Peter van Ham, “[...] Washington now realizes that you cannot kill ideas with bombs, however precision guided they may be”<sup>34</sup> (HAM, 2005, p. 49).

A crítica situação da imagem dos EUA dentro dos países islâmicos afastou o país do debate acerca da relação entre os países ocidentais e os islâmicos, e, como o próprio Departamento de Estado dos EUA advoga, “[...] Cultural diplomacy is a means by which we may engage and influence that debate”<sup>35</sup> (ACOCD, 2005, p. 3). Apesar do enfoque nos conflitos dentro do Oriente Médio, é incorreto tratar os países islâmicos como um bloco monolítico ou compreender a conjuntura atual como um “choque de civilizações”, como advogam os defensores dessa teoria proposta por Samuel Huntington. Isso se deve principalmente às incoerências da tese de Huntington, pois, como argumenta Herzfeld, “[...] his insistence on the persistence of ‘civilizations’, described in terms of cycles of rise and fall, reifies culture and rejects the idea of multicultural society”<sup>36</sup> (2000, p. 8). Centenas de milhões muçulmanos não estão envolvidos nesse confronto, e a capacidade de afastar essa perspectiva de choque civilizacional pode ser fundamental para não expandir o conflito.

A diplomacia cultural produziu sucessos na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, mas, na década de 1990, frente a um ambiente que exaltava a invencibilidade norte-americana, perdeu espaço. Com os atentados de 11 de setembro de 2001 e as ações da Guerra ao Terror, a percepção das populações estrangeiras sobre os EUA se tornava cada vez mais crítica, e a administração neoconservadora de George W. Bush pouco fez para aplacar o desgaste na imagem do país em todo o mundo. É importante notar, contudo, que mesmo o maior dos esforços dessa administração não teria resultado em uma estratégia de completo

---

<sup>34</sup> “[...] Washington agora percebe que não pode matar ideias com bombas, não importa o quão precisas elas sejam” (HAM, 2005, p. 49, tradução nossa).

<sup>35</sup> “Diplomacia cultural é um meio pelo qual podemos engajar e influenciar esse debate” (ACOCD, 2005, p. 3, tradução nossa).

<sup>36</sup> “[...] sua insistência com sua definição de ‘civilizações’, descritas em termos de ascensão e queda, reifica a cultura e rejeita a ideia de sociedade multiculturais” (HERZFELD, 2000, p. 8, tradução nossa).

sucesso através da diplomacia pública, uma vez que como indica Jan Melissen “[t]he aims of public diplomacy cannot be achieved if they are believed to be inconsistent with a country’s foreign policy or military actions”<sup>37</sup> (MELISSEN, 2005, p. 4).

Coordenar elementos de *hard power* e *soft power* e, ao mesmo tempo, utilizar a diplomacia pública e a diplomacia cultural de forma eficiente, são desafios cada vez mais importantes em um cenário mundial que, como aponta Nye (2012), cada vez mais se distânciava da realidade político-econômica da década de 1990. Contudo, os fracassos da administração de George W. Bush com essa coordenação derivam de diversos pressupostos do pensamento neoconservador sobre a política externa norte-americana, que serão abordadas na sequência.

---

<sup>37</sup> “[o]s objetivos da diplomacia pública não podem ser atingidos se eles são creditados como inconsistentes com a política externa ou ações militares do país” (MELISSEN, 2005, p. 4, tradução nossa).

### 3 A ERA BUSH E A GUERRA AO TERROR

Após dois mandatos de Bill Clinton (1993-2001) e dos democratas na Casa Branca, uma nova corrida presidencial se iniciava dentro dos Estados Unidos. Devido aos sucessos econômicos da última administração, os democratas esperavam uma vitória tranquila enquanto os Republicanos não se mostravam muito confiantes em suas chances de chegar ao governo, entretanto diversos desacertos da campanha presidencial do democrata Al-Gore inverteriam essa lógica.

Esses equívocos dentro da campanha democrata derivavam do fato de que “[...] a linha democrata [...] parec[ia] representar uma realidade idealizada distante das necessidades da população” (PECEQUILO, 2011, 363), algo que já havia sido comprovado nas últimas eleições para o legislativo, mas acabaria sendo acentuado na corrida presidencial devido à falta de carisma do candidato democrata e de erros estratégicos da empreitada eleitoral, como, por exemplo, a busca insensata de afastar o popular presidente Bill Clinton da campanha.

Membro de uma família de grande tradição no partido republicano e filho do quadragésimo primeiro presidente dos Estados Unidos, o ex-governador do Texas, George W. Bush, com seu estilo retórico agressivo e seus aliados dentro do partido, conseguiu uma vitória tranquila em suas eleições internas. É importante considerar que, apesar de sua relativa inexperiência política e até mesmo seu passado com problemas na esfera pessoal, sua vitória nas eleições internas do partido foi impulsionada pela perspectiva republicana pouco otimista sobre essas eleições e a sua eficiente estratégia de campanha.

A recuperação dos republicanos dentro desse quadro se deveu a uma ousada estratégia de “[...] mudança interna e externa como temas de campanha” (PECEQUILO, 2011, p. 365). Internamente a discussão recairia sobre temas como a recuperação moral da América, abalada por hipotéticos excessos liberais, além de aspectos como a migração, o porte de armas e a economia, com George W. Bush evitando temas polêmicos e se declarando como um clássico conservador sempre que acuado.



Os aspectos relacionados à política externa de sua agenda política aparentavam ter importância marginal dentro do debate, dado que o contexto priorizava os debates internos, mas nem por isso chamavam menos atenção. Intitulada Internacionalismo Diferenciado, essa agenda enfrentaria “[...] a desmoralização e o enfraquecimento da posição hegemônica dos Estados Unidos provocados pelas atitudes complacentes e tímidas dos democratas” (PECEQUILO, 2011, p. 366).

A utilização de atitudes mais enérgicas seria acompanhada de uma retomada na expansão dos gastos militares do país e, conceitos do neoconservadorismo, passaram a fazer parte integral de seus discursos. É importante considerar que assumir publicamente a posição de neoconservador nunca foi uma opção para Bush, não só pelo fato de que muitos neoconservadores não se identificam com a alcunha, mas também pelo fato de que “[...] sua conotação indica um perfil radical que não deseja passar para o eleitorado para não perder os votos dos moderados” (PECEQUILO, 2011, p. 363).

A opção de Dick Cheney para vice-presidente evidenciava, também, a preocupação prévia com a segurança energética do país, além de promover o apoio de grandes empresas do complexo militar e financeiro, haja vista Cheney ser “[...] diretamente ligado a ambos os setores” (PECEQUILO, 2011, p. 369), garantindo assim uma expansão no financiamento da campanha.

A vitória, após uma polêmica eleição, garantiu o retorno dos republicanos a presidência, com o foco se direcionando rapidamente para as nomeações dos membros dos principais gabinetes. Quanto a esse tema específico, Bush afirmava que “[...] the people you choose to surround you determines the quality of advice you receive and the way your goals are implemented”<sup>38</sup> (BUSH, 2010, p. 49).

E, assim, Bush se cercava de importantes figuras de administrações anteriores que logo ganhariam proeminência, principalmente, em assuntos ligados à política externa. Sobre a composição desse grupo de pessoas, Busso afirma que

---

<sup>38</sup> “[...] as pessoas que você escolhe para acompanhar você determinam a qualidade dos conselhos que você recebe e a forma com que seus objetivos são implantados” (BUSH, 2010, p. 49, tradução nossa).

This group, which was initially formed by former State Secretary Colin Powell – who was removed in the second period – and Undersecretary Richard Armitage; National Security Adviser Condoleezza Rice, Secretary of Defense Ronald Rumsfeld, former Undersecretary of defense Poaul Wolfowitz and Vice-president Cheney, had strong influence<sup>39</sup> (BUSO, 2009, p. 252).

Denominados “os falcões neoconservadores” (PECEQUILO, 2011, p. 371), e, também conhecidos como Vulcanos, esses grandes nomes da administração tiveram muita influência dentro do mandato presidencial de George W. Bush, principalmente no que tange à sua atuação internacional. Devido a essa influência, é fundamental compreender a visão política dos neoconservadores para melhor abordar a política externa da administração Bush.

### **3.1 O neoconservadorismo e a política externa dos EUA**

O neoconservadorismo é uma corrente de pensamento que tem suas origens na rejeição ao movimento de contracultura da década de 1960. Formado por pessoas liberais e grandes defensores dos valores dos Estados Unidos, essa corrente de pensamento reuniu críticos desse novo movimento que chegava para contestar valores norte-americanos clássicos através das mais diversas expressões artísticas. Teixeira (2007) suporta essa linha de raciocínio ao afirmar que “O neoconservadorismo emerge inicialmente como uma reação dentro do liberalismo ao que era visto como uma corrupção pela esquerda dos valores tradicionais norte-americanos” (TEIXEIRA, 2007, p. 23).

Inicialmente o grupo não era dotado de uma identidade e características bem definidas, além de sua grande indignação com a contracultura. Como descreve Teixeira (2007), o grupo logo se afastou de suas origens na esquerda norte-americana e se aproximou dos conservadores no partido Republicano, o que lhes rendeu a alcunha – criada pela socialista Michael Harrington em sua busca por uma construção de caráter pejorativo – de neoconservadores.

---

<sup>39</sup> “Esse grupo, que era inicialmente formado pelo ex-secretário de Estado Collin Powell – que foi substituído no segundo mandato – o Subsecretário Richard Armitage; a Conselheira de Segurança Nacional, o Secretário de Defesa Ronald Rumsfeld, o ex-secretário de Defesa Poaul Wolfowitz e o Vice-presidente Cheney, tinham grande influência” (BUSO, 2009, p. 252, tradução nossa).

A opção pelo partido republicano e a cisão com os democratas foi consequência do projeto democrata de lançar um candidato que apoiaria a retirada imediata das tropas do Vietnã, o que na visão dos neoconservadores era imoral devido ao fato de criar a sensação não só de derrota total dos Estados Unidos, mas também de colocar o país sob uma perspectiva de invasor e único culpado pelo conflito.

Considerado como padrinho dessa corrente de pensamento, Irvin Kristol foi o grande responsável pela expansão do neoconservadorismo, através de suas revistas e publicações. Apesar da grande importância de Norman Podhoretz para as considerações neoconservadoras sobre política externa, a maior parte dos teóricos ainda identifica Kristol como o maior expoente do pensamento, fato confirmado por Teixeira ao afirmar que “[...] Kristol foi o principal responsável pela própria divulgação do termo e afirmação do neoconservadorismo na política norte-americana e, provavelmente, o primeiro a tentar sistematizá-lo como um ideário distinto” (TEIXEIRA, 2007, p. 13).

O pensamento neoconservador se orgulha de suas origens puramente norte-americanas, e se afasta do conservadorismo tradicional em diversos aspectos da política interna, principalmente no que diz respeito à participação do Estado na economia. Em relação a esse tema, Kristol (2005) é enfático em afirmar que apenas com o crescimento econômico a democracia se consolidou, e que se uma participação maior do Estado é necessária para a manutenção da democracia, que assim seja. Apesar dos desacordos em questões de política interna, é nos aspectos de política externa que as diferenças são realmente gritantes.

Fukuyama (2012) indica a existência de quatro características marcantes da visão neoconservadora de política externa: 1) A crença nas instituições democráticas e em sua promoção; 2) a visão de que o poder militar dos Estados Unidos deve ser usado com propósitos morais objetivando manter uma atitude intervencionista; 3) o ceticismo quanto à legitimidade e efetividade do direito internacional; e, 4) o unilateralismo. Esses quatro aspectos estão intimamente ligados e possuem relações de suporte mútuo, dessa forma, ignorar um deles desconstrói todo o seu sentido, uma vez que eles apenas se sustentam unidos.

A democracia, por sua vez, pode ser considerada como um cânone do movimento neoconservador, uma vez que seus adeptos se apropriam desse elemento clássico da construção dos Estados Unidos para reforçar sua identificação como corrente de pensamento puramente norte-americana e utilizam das benesses da democracia para reforçar outros aspectos de sua de política externa. Essa sustentação nos ideais democráticos pode ser observada na defesa ao anticomunismo, promovida pelos neoconservadores na guerra fria, que afirmavam a incompatibilidade do modelo soviético com a democracia. É possível afirmar que o neoconservadorismo não apresenta nenhum sentido retórico se a democracia for retirada de seu discurso, uma vez que ela é a grande legitimadora de toda a sua construção teórica em política externa.

A perspectiva neoconservadora sobre democracia difere da tradicional conservadora, pois atua diferentemente da percepção de Morgenthau (2003), de que os Estados Unidos seriam um farol da liberdade e não um exportador da democracia a ferro e fogo. O neoconservadorismo, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, é um grande apoiador da exportação da democracia e da transformação de regimes sob quaisquer circunstâncias, com o respaldo de que seria do interesse nacional norte-americano a promoção da democracia por diversos motivos, mas principalmente por reconhecer o que Krauthammer identifica como “[...] the utility of democracy as a means for achieving global safety and security”<sup>40</sup> (KRAUTHAMMER, 2004, p. 16). Essa construção transpõe a credibilidade que os neoconservadores depositam na teoria da *pax democrática*.

O unilateralismo neoconservador também difere-se das demais correntes de pensamento por ser aplicado até mesmo no plano retórico, ou seja, enquanto a famosa declaração do presidente Theodore Roosevelt recomendava “[s]peak softly and carry a big stick”<sup>41</sup> (ROOSEVELT, 1901, p. 11), o neoconservadorismo recomenda demonstrar sua força em todos os aspectos, inclusive nos discursos. Apesar de seu estilo unilateral e agressivo, é importante ressaltar que o pensamento neoconservador não procura exatamente uma recusa a qualquer tipo de auxílio ou colaboração

---

<sup>40</sup> “[...] a utilidade da democracia como meio de atingir a segurança global” (KRAUTHAMMER, 2004, p. 16, tradução nossa).

<sup>41</sup> “[f]alar gentilmente e carregue um grande porrete” (ROOSEVELT, 1901, p. 11, tradução nossa).

multilateral, afinal “[...] no one denies the utility of international support”<sup>42</sup> (KRAUTHAMMER, 2004, p. 21). Entretanto, os neoconservadores identificam a necessidade de não ser restrito por obrigações de colaboração multilateral, nem ser forçado a cooperar sem ter feito parte da definição dos objetivos. A linha de pensamento neoconservadora também se distingue da conservadora nesse aspecto, uma vez que a segunda advoga por um unilateralismo ligado ao isolamento enquanto a neoconservadora advoga um unilateralismo aliado da ação internacional. Krauthammer (2004) esclarece, ainda, que a defesa do unilateralismo isolacionista dos conservadores não passa de uma teoria de nostalgia frente às modificações tecnológicas que impedem o sucesso dessa abordagem, além do fato de que devido a sua posição hegemônica, os Estados Unidos eram sistematicamente compelidos a ter forte atuação internacional.

A advocacia neoconservadora de um internacionalismo não-institucional se pauta principalmente na presença de países não democráticos nos quadros constituintes de diversas organizações internacionais, o que tornariam elas ilegítimas, além do fato de que essas organizações restringiriam os Estados Unidos, impedindo uma atuação proativa unilateral por parte do país. Essa descrença em instituições internacionais devido à possibilidade de obrigações que não interessariam ao país é uma velha máxima do conservadorismo norte-americano, que, inclusive, chegou a impedir sua entrada na Liga das Nações após o fim da Primeira Guerra Mundial, entretanto a crítica neoconservadora a essas instituições é focada nas restrições ofensivas ao invés de possíveis obrigações defensivas, outrora protestadas pelos conservadores.

Aprofundando nas peculiaridades da perspectiva neoconservadora, destaca-se que o militarismo é consequência direta de sua visão defensora da mudança forçada de regimes, aliada à sua percepção das benesses da democracia para o mundo e para a segurança interna dos Estados Unidos. A advocacia desses construtos, apenas pode ser feita através de uma grande força militar, capaz de promover a alteração de regimes e garantir um processo transitório para a democracia, além de proporcionar

---

<sup>42</sup> “[...] ninguém nega a utilidade do apoio internacional” (KRAUTHAMMER, 2004, p. 21, tradução nossa).

condições aos Estados Unidos de atuarem como o grande líder e promotor dos seus valores dentro do cenário internacional.

John Mearshaimer (2005) acrescenta que outra dinâmica importante para a compreensão do neoconservadorismo é a sua interpretação de que exercer esse poder militar não resultaria em uma aliança de países determinados a equilibrar a balança de poder – uma premissa do realismo clássico – mas, sim, da atuação neoconservadora a partir da lógica de *bandwagoning*<sup>43</sup>, na qual os Estados apenas se adequariam à nova realidade e buscariam tirar o máximo de proveito dela junto aos Estados Unidos.

A maior polêmica relacionada às orientações militares neoconservadoras certamente é sua disposição para iniciar guerras preventivas. A guerra preemptiva, em que exista comprovação da ameaça por parte do adversário, é tida como legítima dentro do sistema internacional, mas a guerra preventiva dos neoconservadores é amplamente criticada pela maior parte da comunidade internacional. Essa modalidade de guerra pode apenas ser compreendida dentro da perspectiva neoconservadora do sistema internacional, uma vez que nessa perspectiva ela garantiria a promoção da democracia e traria benefícios a todos do sistema internacional, além de promover a segurança dos Estados Unidos. A crença num “momento unipolar” dentro da década de 1990 e a nova compreensão sobre o impacto de atores transnacionais, adquirida após os atentados terroristas em Nova York, apenas aumentou o desprezo dessa corrente de pensamento por outras alternativas que se diferenciem da guerra que promove a mudança de regimes:

The United States spent the 1990s, for example, endlessly negotiating treaties on the spread of WMD, which would have had absolutely no effect on the very terrorists and rogue states that are trying to get their hands on these weapons<sup>44</sup> (KRAUTHAMMER, 2004, p. 16).

Sendo assim, a guerra preventiva, que já era defendida como algo teoricamente e moralmente positiva, passava a ser encarada, no neoconservadorismo, como a

---

<sup>43</sup> Assim como os vagões de trem seguem a locomotiva, essa lógica indica que os Estados seguiriam o país hegemônico em casos de demonstração de força.

<sup>44</sup> “Os Estados Unidos passaram os anos 1990, por exemplo, interminavelmente negociando tratados sobre a disseminação de armas de destruição em massa, o que teria absolutamente nenhum efeito nos terroristas e estados não inseridos que tentavam adquirir essas armas” (KRAUTHAMMER, 2004, p. 16, tradução nossa).

única resposta a esses novos desafios que seriam enfrentados no século XXI. Essa inclinação militarista do neoconservadorismo, somada a alguns aspectos idealistas encontrados em seus valores, levaram pessoas como Mearshaimer a descrevê-la como “Wilsonianism with teeth”<sup>45</sup> (MEARSHAIMER, 2005, s.p.).

Outra crítica corriqueira à corrente de pensamento neoconservadora é baseada em sua defesa implacável ao Estado de Israel, o que levaria muitos críticos a afirmar que essa corrente de pensamento priorizaria o interesse nacional do Estado de Israel frente ao real interesse norte-americano na região do Oriente médio. Contudo, os neoconservadores se recusam a aceitar tal crítica e afirmam que a afinidade a Israel se deriva do fato de ser a única democracia na região. Também alegam que boa parte dos membros dessa corrente sequer são judeus.

Historicamente, após a leve inclinação aos republicanos, durante a administração de Nixon, os neoconservadores tiveram seu primeiro momento de grande identificação dentro do partido com o presidente Ronald Reagan. Defensor de uma estratégia de contenda com a União Soviética e em consonância com os neoconservadores em diversos outros temas, Reagan consolidou a participação dos neoconservadores dentro do partido republicano e durante seu mandato houve o auge da produção e influência da primeira geração dos neoconservadores.

Posteriormente ao ápice do neoconservadorismo dentro dos anos 1980, o fim do milênio parecia demonstrar também o fim da corrente de pensamento neoconservadora. O esfacelamento soviético representou a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, mas ao mesmo tempo provocou uma grande crise no neoconservadorismo quando o anticomunismo perdeu seu apelo, pois como assegura Teixeira, “[...] a inexistência de um claro inimigo ideológico após a guerra fria, tirou do pensamento neoconservador seu norte” (2007, p. 31).

Essa década presenciou também uma cisão do neoconservadorismo em relação à política externa, derivando duas tendências dentro da linha de pensamento neoconservadora. Krauthammer (2004) expõe uma divisão entre *democratic globalism*, que defenderia o uso do poder norte-americano sem descrição na defesa

---

<sup>45</sup> “Wilsonianismo com dentes” (MEARSHAIMER, 2005, s.p., tradução nossa).

da democracia, e *democratic realism*, que desacreditava desse escopo extremamente universalista e idealista, advogando que as intervenções humanitárias só devem ser realizadas quando existe a necessidade geopolítica de intervenção.

Em meio à crise de identidade do final do milênio, muitos neoconservadores declararam o fim da corrente de pensamento, enquanto outros ansiavam por um novo inimigo. Após os agonizantes anos 1990, o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 garantiu a renovação do neoconservadorismo. Assim, no exato momento que os aviões se chocaram com o World Trade Center, os neoconservadores encontraram seu novo foco de política externa:

Dessa forma, a partir do 11 de setembro de 2001, o discurso neoconservador passou a incorporar a ameaça terrorista como um fator premente para o incremento do poderio militar norte-americano, a partir da constatação que as estratégias utilizadas na guerra fria não eram mais válidas no novo contexto (TEIXEIRA, 2007, p. 86).

### 3.2 A era Bush e a Guerra ao Terror

Ainda que marcado pela crise do neoconservadorismo, os anos 1990 se adequavam a uma realidade que Krauthammer apontou como única na história do estado moderno, pois segundo o mesmo:

With the passing of the Soviet Union, we had entered a unique period in human history, a unipolar era in which America enjoys a predominance of power greater than any that has existed in the half-millennium of the modern state system<sup>46</sup> (2004, p. 15).

Tendo em vista esse sentimento de invulnerabilidade, o impacto na sociedade norte-americana dos atentados terroristas promovidos pela Al-Qaeda foram colossais. O pânico e a alteração no contexto eram visíveis, a destruição de um símbolo da potência hegemônica chocou o planeta, as incertezas se multiplicaram e o sentimento da população norte-americana naquele momento foi bem representado pelas palavras de seu presidente: “When I woke up on September 12, America was a different place.

---

<sup>46</sup> “Com o colapso da União Soviética, entramos em um momento único na história humana, uma era unipolar em que a América desfrutava uma predominância de poder maior que qualquer uma que havia existido no meio milênio do sistema de estados modernos” (KRAUTHAMMER, 2004, p.15, tradução nossa).



[...] The focus of my presidency, which I had expected to be domestic policy, was now war”<sup>47</sup> (BUSH, 2010, p. 92).

O isolamento do território dos Estados Unidos promoveu, por séculos, um sentimento de segurança que raras vezes foi abalado, mas sempre que essa lógica era contestada as consequências eram visíveis. Se, nos momento cruciais da Segunda Guerra Mundial o ataque à base militar norte-americana de Pearl Harbor justificou a entrada dos EUA no conflito, o 11 de setembro serviu como justificativa para o engajamento na Guerra ao Terror, pois como aponta Leila Bijos, “[...] on September 11<sup>th</sup> there was an invisible enemy that had to be detected and stopped to avoid any further actions, besides of those of attacking the World Trade Center and the Pentagon”<sup>48</sup> (2009, p. 190).

Após os atentados, o clima interno de forte nacionalismo, agregado a uma guinada brusca na popularidade do presidente, motivada pela promessa de retaliação, criaram grandes possibilidades de atuação política para a administração. Ao mesmo tempo, o medo dos norte-americanos levava-os a conceder a restrição de determinadas liberdades individuais, uma restrição formalizada com a aprovação do Ato Patriota, que promovia “[...] o desrespeito de direitos civis e o endurecimento das ações dos serviços de inteligência e segurança” (PECEQUILO, 2011, p. 379).

Assim se iniciou a Guerra ao Terror, o elemento primordial da Doutrina Bush, e a principal herança de sua administração. Esse importante momento que ocorreu imediatamente após o 11 de Setembro marcaria o presidente Bush, visto que, como defende o historiador John Keegan:

[...] o horror do Onze de Setembro colocou o novo presidente em um caminho neoconservador. Ele foi logo convencido de que a “guerra ao terror”, que ele declarara imediatamente, teria mais sucesso se ele atacasse a Al-Qaeda, responsável pelos atentados, em suas bases terroristas no Afeganistão. (KEEGAN, 2004, p. 125)

---

<sup>47</sup> “Quando eu acordei no dia 12 de setembro, a América era um lugar diferente. [...] O foco da minha presidência, que eu esperava que fosse a política doméstica, se tornou a guerra” (BUSH, 2010, p. 92, tradução nossa).

<sup>48</sup> “[...] no 11 de Setembro havia um inimigo invisível que precisava ser identificado e impedido para evitar outras ações, além dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono” (BIJOS, 2009, p. 190, tradução nossa).

A promessa de retaliação e os preparativos para uma guerra foram processos simples, mas as dificuldades começavam a surgir a partir do momento de identificação de um grupo terrorista como culpado pelos ataques. Essas dificuldades derivam das complicações na compreensão dessa nova dinâmica do cenário internacional, em que grupos não estatais atacavam diretamente a outros estados. Sobre essas novas ameaças que se apresentavam, Bijos afirmava que elas

[...] showed to be most dangerous to the country and in some ways proved to be more complex than those America have confronted in the past, as they came from weapons that can kill on a mass scale and from global terrorist who respond to alienation or perceived injustice with murderous nihilism<sup>49</sup> (BIJOS, 2009, p. 191).

Considerado como defensor e apoiador de grupos terroristas, além de sede de diversos campos de treinamento e de operações da Al-Qaeda, o Afeganistão do regime Talibã foi prontamente invadido por tropas da Aliança do Norte e dos Estados Unidos, em outubro de 2001. Outros Estados também seriam acusados de acobertarem esses grupos ou ameaçarem a ordem internacional, sendo posteriormente organizados em conceitos como o Eixo do mal e Estados Além do Eixo do mal.

Subitamente, assim como no período da Guerra Fria, uma ameaça surgia para os Estados Unidos. Essa perspectiva é compartilhada por Pecequillo (2011) que destaca a similaridade entre o termo cunhado por Bush, o Eixo do Mal, e o Império do Mal, utilizado por Reagan. No caso de Bush, reitera a intenção de criar um novo inimigo que substituiria os comunistas. A autora também discute sobre os impactos do atentado para a influência dos neoconservadores na política externa norte-americana, principalmente sobre o aspecto unilateral de sua doutrina, ao afirmar que “[...] os atentados legitimaram esse padrão, validando a visão dos falcões neoconservadores que passaram, com mais confiança e agressividade, a definir a nova agenda internacional” (PECEQUILO, 2011, p. 393).

Após o início oficial da Guerra ao Terror, em 2001, sua instrumentalização ocorreu oficialmente com o lançamento da *National Security Strategy of the United*

---

<sup>49</sup> “[...] demonstraram ser mais perigosos para o país e, em de certa forma, provaram ser mais complexos que os que a América havia enfrentado no passado, pois eles vinham de armas que abatiam em grande escala e do terrorismo global que respondia alienação ou supostas injustiças com niilismo homicida” (BIJOS, 2009, p. 191, tradução nossa).

*States*, documento que passou a ser considerado o primordial da Doutrina Bush. No documento em questão, se torna clara a adequação da política de governo a diversos paradigmas neoconservadores, além de formalizar substanciais modificações na estratégia de segurança nacional.

Estruturada em nove grandes propostas da Agenda Internacional de sua administração, a *National Security Strategy of the United States* destacava justamente a ameaça do terrorismo, visto que, nas palavras de Bush, “[t]he enemy is terrorism [...]”<sup>50</sup> (BUSH, 2002, p. 11). A mudança do paradigma de contenção para uma nova ação proativa também aparece claramente no documento, sendo justificado através da mudança no inimigo e na situação do país:

We will defend the peace by fighting terrorists and tyrants [...] Deterrence was an effective defense. But deterrence based only upon the threat of retaliation is less likely to work against leaders of rogue states more willing to take risks, gambling with the lives of their people, and the wealth of their nations<sup>51</sup> (BUSH, 2002, p. 3).

É válido lembrar também que, apesar de ter sido um aspecto negligenciado pela administração na prática, dentro do plano retórico existiram diversas menções ao uso de outros aspectos de poder dos Estados Unidos e até mesmo houve o reconhecimento da importância da diplomacia pública, uma vez que a mesma seria utilizada visando “[...] to promote the free flow of information and ideas to kindle the hopes and aspirations of freedom of those in societies ruled by the sponsors of global terrorism”<sup>52</sup> (BUSH, 2002, p. 12).

Posteriormente, em sua autobiografia, o presidente George W. Bush identificaria quatro aspectos que definiriam resumidamente sua doutrina, quais sejam,

“After 9/11, I developed a strategy to protect the country that came to be known as the Bush Doctrine: First, make no distinction between the terrorists and the nations that harbor them – and hold both to account. Second, take the fight to the enemy overseas before they can attack us again here at home. Third, confront threats before they fully materialize. And fourth, advance liberty

<sup>50</sup> “[o] inimigo é o terrorismo [...]” (BUSH, 2002, p. 11, tradução nossa).

<sup>51</sup> “Nós defenderemos a paz lutando contra terroristas e tiranos [...] (a) Contenção foi uma defesa eficiente. Entretanto, a contenção baseada unicamente na ameaça de retaliação é menos eficiente contra líderes de *rogue states* mais dispostos a aceitar riscos, apostando com a vida de seu povo e com a riqueza de suas nações” (BUSH, 2002, p. 3, tradução nossa).

<sup>52</sup> “[...] promover o tráfego livre de informações e ideias para aplacar as esperanças e aspirações de liberdade daqueles que vivem em sociedades comandadas pelos patrocinadores do terrorismo global” (BUSH, 2002, p. 21, tradução nossa).

and hope as an alternative to the enemy's ideology of repression and fear"<sup>53</sup> (BUSH, 2010, p. 241).

Embora não possa ser considerado como elemento de exclusividade dessa administração, também é relevante destacar que “[...] o Presidente George Walker Bush manifesta em público o quão importante lhe é a presença da fé cristã em sua vida e, por extensão, na sua administração dos Estados Unidos” (ARRAES, 2009, p. 267). Essa característica teria grande impacto na atuação externa de George W. Bush, visto que seu “[...] mandato permeia-se inevitavelmente de um messianismo aplicado à política” (ARRAES, 2009, p. 267-268).

O messianismo da política externa de Bush ganharia destaque com os envolvimento no Oriente Médio, pois, como advoga Busso,

[...] particularly since the war with Iraq, all these trends were situated in a religious framework that gives America the status of a “Crusade State” which has the mission to defend national interest and to spread democracy and American values worldwide<sup>54</sup> (BUSO, 2009, p. 240).

Dentro dessa lógica é importante notar, contudo, que apesar da retórica agressiva a países não democráticos, alguns Estados que compartilhavam essa característica eram completamente ignorados nas críticas e na atuação da administração, devido a particularidades esclarecidas por Virgílio Arraes:

Como critério objetivo na seleção de ditaduras a não serem derrubadas, há o da proximidade comercial ou militar, de forma que China, Egito, Arábia Saudita ou Paquistão, por exemplo, não figuraram nas considerações geopolíticas de Washington em momento nenhum (ARRAES, 2009, p. 269).

As críticas à Doutrina Bush foram severas e vieram de grandes nomes das mais diversas correntes de pensamento das Relações Internacionais, e também membros influentes de administrações anteriores. O ataque preventivo reuniu boa parte das críticas devido ao seu caráter desestabilizador do sistema e que, como lembra

---

<sup>53</sup> “Após o 11/9, eu desenvolvi uma estratégia para proteger o país que ficou conhecida como Doutrina Bush: Primeiro, não faça distinção entre terroristas e estados que promovem eles – e faça ambos prestarem contas. Segundo, leve a luta para o inimigo além-mar antes que eles possam nos atacar novamente em nosso território. Terceiro, confronte as ameaças antes que elas possam se materializar completamente. E quarto, avance a liberdade e a esperança como uma alternativa para a ideologia de medo e repressão do inimigo” (BUSH, 2010, p. 241, tradução nossa).

<sup>54</sup> “[...] particularmente desde a Guerra do Iraque, todas essas tendências foram colocadas dentro de uma perspectiva religiosa que taxava a América com um status de ‘Estado Cruzado’ que teria a missão de defender o interesse nacional e espalhar a democracia e os valores americanos pelo mundo” (BUSO, 2009, p. 240, tradução nossa).

Pecequillo (2011), abria a possibilidade de outros Estados utilizarem da mesma retórica no futuro, mas foi na sua percepção limitada da interação entre os Estados e a crença absoluta no *bandwagoning* que gerou mais polêmica.

O famoso realista norte-americano, Henry Kissinger, também esclarecia sua insatisfação com a tática do ataque preventivo, advogando pelo uso do método preemptivo e vociferando seus medos com uma possível expansão do uso indiscriminado deste recurso:

The concept must be applied to specific, concrete contingencies; courses of action need to be analyzed in terms not only of threats but of outcomes and consequences. Conclusions must go beyond position papers to plans of action capable of being carried out on the working level and include enough congressional participation to bring about sustainable public support. Finally, a policy that allows for preventive force can sustain the international system only if solitary American enterprises are the rare exception, not the basic rule of U.S. strategy<sup>55</sup> (KISSINGER, 2005, s.p.).

Apesar das críticas, a campanha iniciada no Afeganistão contou com o apoio de parcela substancial da comunidade internacional e foi realizada através de uma coalizão multilateral de combate ao terror e da busca de apoios bilaterais entre os Estados Unidos e países próximos a áreas de maior atuação de grupos terroristas. Keegan (2005) indica que apesar das dificuldades proporcionadas pelo relevo local e o fato de não ter localizado Osama Bin Laden nem desmantelado o talibã, o rápido controle das cidades foi considerado um sucesso militar e uma conquista da coalizão.

Aqui, uma dinâmica interessante se desenvolve, pois apesar de ter sido uma vitória da coalizão, a participação massiva do poder militar dos Estados Unidos na campanha “contribuiu para fortalecer o unilateralismo” (AYERBE, 2005, p. 343). Esse reforço ao unilateralismo e a grande confiança em rápidas vitórias militares foram fundamentais para incentivar o ataque preventivo e unilateral contra o Iraque.

O sucesso inicial no Afeganistão impressionou o mundo, mas a continuidade da agenda neoconservadora seguiria incentivando conflitos dentro do Oriente Médio.

---

<sup>55</sup> “Esse conceito precisa ser aplicado em contingências concretas e específicas; cursos de ação precisam ser analisados em termos que não consideram somente as ameaças mas também resultados e consequências. Conclusões precisam ir além de documentos estratégicos para abarcar planos de ações capazes de serem realizados e que incluam a participação do congresso visando a sustentação pública. Finalmente, uma política que permita o uso da força preventiva apenas pode sustentar o sistema internacional se essas expedições solidárias americanas forem a rara exceção, e não a regra básica da estratégia dos Estados Unidos” (KISSINGER, 2005, s.p., tradução nossa).

Considerado parte do “Eixo do Mal” pela administração Bush, o Iraque logo tornou-se o foco da política externa norte-americana e o presidente estadunidense passou a afirmar que “[...] regime change in Iraq is the only certain means of removing a great danger to our nation”<sup>56</sup> (BUSH, 2002, s.p.).

Nesse sentido, o ataque ao Iraque estaria, inicialmente, baseado em duas suspeitas simples: a de que Saddam Hussein, a despeito das sanções da ONU, havia produzido e ocultado Armas de Destruição em Massa (ADM), ao mesmo tempo que apoiava grupos terrorista como a Al-Qaeda, e assim “[...] these suspicions paved the road to a war with Iraq”<sup>57</sup> (BIJOS, 2009, p. 196).

Posteriormente, o discurso fora cuidadosamente alterado para a expansão da democracia no Oriente Médio, visto que nenhuma dessas suspeitas acabou sendo comprovada a longo prazo. Keegan (2005) aponta que a iniciativa para a guerra no Iraque foi tomada através da interpretação norte-americana da resolução 1.441 da ONU, que previa sérias consequências caso Saddam, uma vez mais, se recusa a permitir inspeção irrestrita das instalações militares do Iraque.

Após um inspirado discurso em que prometia que “[...] before the day of horror can come, before it is too late to act, this danger will be removed” (BUSH, 2003, s.p.)<sup>58</sup>, o presidente Bush enviou um *ultimatum* a Saddam Hussein e seus filhos, e, no dia 19 de Março, ordenou o bombardeamento e a invasão ao Iraque.

A Guerra do Iraque removeria Saddam Hussein do poder e criaria a República do Iraque, mas deixaria grandes marcas na comunidade internacional, no Oriente Médio e criaria diversas polêmicas para a administração Bush. Keegan aponta que uma dessas polêmicas se referia à dualidade da ação da administração neoconservadora na região, que tinha dificuldades em atrair a comunidade árabe devido às suas relações com Israel.

Essa confusão de tendências políticas, pois era e continua sendo uma confusão – democracia para os muçulmanos do Oriente Médio e uma versão

---

<sup>56</sup> “[...] a mudança de regime no Iraque é o único meio certo de se remover um grande perigo a nossa nação” (BUSH, 2002, s.p., tradução nossa).

<sup>57</sup> “[...] essas suspeitas pavimentaram o caminho para a guerra contra o Iraque” (BIJOS, 2009, p. 196, tradução nossa).

<sup>58</sup> “[...] antes do dia de horror chegar, antes que seja tarde demais para agir, esse perigo será removido” (BUSH, 2003, s.p., tradução nossa).

particular de direitos de Estado para Israel –, enfraquecia e continua a enfraquecer a mensagem dos neoconservadores (KEEGAN, 2004, p. 124).

Posteriormente, foi exposto para o público que “os métodos brutais de interrogatório que estavam sendo aperfeiçoados em prisões clandestinas e no Afeganistão passaram a ser usados sem restrições no Iraque” (SCAHILL, 2014, p. 2011). O escândalo criado pelas torturas e os abusos em Abu Ghraib somava-se ao escândalo da prisão de Guantánamo, em Cuba, e minava a imagem dos Estados Unidos em todo o planeta.

Apesar da captura de Saddam Hussein, a insurgência iraquiana forçaria a manutenção das tropas norte-americanas no país até 2011, contudo, considerar a campanha como um sucesso não é uma opção viável, pois “[...] no Iraque, [...] nem democracia substantiva, nem asseguramento de recursos naturais se firmaram até a presente data” (ARRAES, 2009, p. 268).

A atitude unilateral em relação ao Iraque esteve longe de ser a única atitude completamente unilateral defendida pela administração, pois, como lembra Pecequillo (2011), sua atuação nas mais diversas organizações internacionais como a OTAN, Organização das Nações Unidas e Organização Mundial do Comércio demonstravam claramente esse aspecto individualista. Ayerbe (2005) atenta também para o fato de que outros tratados de grande importância naquele momento, como o Protocolo de Kyoto e a criação do Tribunal Penal Internacional, também foram desprezados devido à essa linha de pensamento.

Após as eleições vencidas em 2004, o direcionamento da política externa da administração Bush se manteve sem grandes alterações, pois como identifica Lopes, “[...] em seu segundo mandato presidencial, Bush manteve as linhas básicas defendidas em setembro de 2002” (2009, p. 235). Ainda assim, lentamente a crise econômica que se desenvolvia começava a receber mais atenção e o foco passou a ser a economia nos últimos momentos da administração Bush.

A política externa promovida pelo presidente George W. Bush tem sua fundamentação teórica claramente inspirada na doutrina neoconservadora, e as consequências das opções dessa administração certamente impactarão largamente o século XXI. Além das notórias consequências para a região do Oriente Médio, é

importante considerar os impactos dessas políticas a longo prazo, principalmente no que se refere ao sistema internacional e à percepção da opinião pública internacional sobre os Estados Unidos, pois, como afirma Busso,

Most of the decisions taken in the war against terrorism – and especially in the conflict with Iraq – were perceived in a negative way by the rest of the world, enhancing the anti-Americanism level against the Bush administration<sup>59</sup> (2009, p. 247).

Outra consequência política de grande impacto foi a “[...] oposição ativa de governos que eram, na verdade, aliados formais dos Estados Unidos” (KEEGAN, 2005, p. 137). Isso se derivava da percepção desses países, notoriamente França e Alemanha, dos perigos que essa doutrina preventiva representava ao longo prazo para o Direito Internacional e à atuação das organizações internacionais.

A grande redução do poder de atração dos Estados Unidos seria ainda comprovada nessa primeira década do novo século, quando “[...] different polls in the world show the decline of the American appeal”<sup>60</sup> (BUSSO, 2009, p. 258). É importante notar, contudo, o apoio da sociedade norte-americana nessas ações e compreender de que forma diversas produções culturais da sociedade civil incentivaram essa perspectiva norte-americana sobre o conflito, como veremos a seguir.

---

<sup>59</sup> “A maioria das decisões tomadas na guerra contra o terrorismo – e especialmente no conflito com o Iraque – foram percebidas de forma negativa no resto do mundo, ampliando o nível de antiamericanismo contra a administração Bush” (BUSSO, 2009, p. 247, tradução nossa).

<sup>60</sup> “[...] diferentes pesquisas no mundo demonstram o declínio do apelo Americano” (BUSSO, 2009, p. 247, tradução nossa).



#### 4 O CAPITÃO AMÉRICA E A GUERRA AO TERROR

A nona arte<sup>61</sup> tem uma importância ímpar dentro da sociedade norte-americana, um prestígio que se deriva sobretudo do fato de que “Comic Books and Jazz are often described as being the two uniquely original American art forms”<sup>62</sup> (RHOADES, 2008, p. 3). Apesar da existência de grandes debates sobre as origens da banda desenhada, que poderia não ser especificamente localizada nos Estados Unidos, é inegável que seu desenvolvimento aconteceu no país, e sua popularização chegaria ao ápice com a criação de seu maior expoente, as *Comic Books*.

O estudo das *Comic Books* dentro do escopo acadêmico ainda é um fenômeno recente, pois sua definição como *low culture*, seu caráter como meio de comunicação em massa e seu público alvo criaram desincentivo às pesquisas, o que pode ser compreendido como um erro, pois “[...] the divide between low, middle, and highbrow culture is artificial; all three have political content and therefore are relevant to those who are seeking to sculpt American identity”<sup>63</sup> (DITTMER, 2005, p. 628).

A despeito de suas origens mais arcaicas, é inegável que “[...] the Comic Books as we know it today had its beginnings in the 1930s”<sup>64</sup> (RHOADES, 2008, p. IX). Impulsionados pela grande depressão e aproveitando-se do fato de serem extremamente baratas, as *Comic Books* tornaram-se parte da sociedade norte-americana ao serem o entretenimento favorito das milhões de crianças e jovens do país, principalmente após o sucesso de “super-heróis” como *Superman* e *Namor*.

Com sua consolidação e expansão como meio de comunicação de massas, lentamente houve um distanciamento da pura fantasia e a incorporação de elementos reais da sociedade norte-americana, pois como advoga Richard Hall:

Through the pages of this essentially monthly publication, accepted norms of contemporary American society can be seen, as well as (post-1960) attempts

---

<sup>62</sup> “Comic Books e jazz são costumeiramente consideradas as únicas formas de arte originalmente americanas” (RHOADES, 2008, p. 3, tradução nossa).

<sup>63</sup> “[...] a divisão entre baixa, média e alta cultura é artificial, todos eles carregam conteúdo político e por isso são relevantes para aqueles que buscam esculpir a identidade Americana” (DITTMER, 2005, p. 628, tradução nossa).

<sup>64</sup> “[...] as Comic Books como conhecemos hoje tiveram seu início nos anos 1930” (RHOADES, 2008, p. IX, tradução nossa).

on the part of the writers and artists to influence those norms<sup>65</sup> (HALL, 2011, p. II).

Visando conciliar essa dinâmica gerada na interação entre as *Comic Books* e seus leitores, é importante se dirigir aos estudos do geógrafo Jason Dittmer, que afirma que:

While it is impossible to measure the impact of Comic Books and similar media on the political attitudes of children and youths, they nonetheless do participate in a recursive relationship between elites advocating particular geopolitical narratives [...] <sup>66</sup> (DITTMER, 2005, p. 628).

Com as disputas dos regimes fascistas e a eclosão Segunda Guerra Mundial, essa interação foi acentuada, promovendo também uma nova onda de *Comic Books* e a criação de “super-heróis” fortemente ligados ao esforço de guerra. Isso ocorreu devido a duas razões específicas: em primeiro lugar, a facilidade de comercializar produtos relacionados à guerra, aproveitando-se da vontade do público alvo em auxiliar e compreender o conflito, mas principalmente devido ao fato de que “[m]any writers quickly joined the War Writers Board which was established to promote government policy [...] While the WWB was a private organization, it quickly joined forces with the Office of War Information”<sup>67</sup> (SCOTT, 2007, p. 329). Cord Scott aponta também que esse meio de comunicação em massa se destacava ainda mais nesse contexto de conflito no cenário internacional, por possuir “[...] a way of portraying villains to relay complex political issues to all social and educational groups from young children to adults”<sup>68</sup> (SCOTT, 2007, p. 328). Assim, auxiliando na difusão das informações de guerra para jovens através do entretenimento, as *Comic Books* atingiram uma grande consolidação interna no período.

---

<sup>65</sup> “Através das páginas dessas publicações essencialmente mensais, diretrizes aceitas da sociedade Americana contemporânea podem ser visualizadas, assim como (pós 1960) tentativas por parte dos autores de influenciar essas diretrizes” (HALL, 2011, p. II, tradução nossa).

<sup>66</sup> “Por mais que seja impossível medir o impacto das *Comic Books* e similares nas atitudes políticas de crianças e jovens, elas participam em um relacionamento recursivo entre elites defendendo narrativas geopolíticas específicas [...]” (DITTMER, 2005, p. 628, tradução nossa).

<sup>67</sup> “[m]uitos escritores rapidamente se uniram ao Grupo de Escritores da Guerra que foi estabelecido para promover a política do governo (...). Enquanto o Grupo de Escritores da Guerra era uma organização privada, ele logo se uniu ao Gabinete de informações da Guerra” (Scott, 2007, p. 329, tradução nossa).

<sup>68</sup> “[...] uma forma de retratar problemas políticos complexos através de vilões, de uma forma que atingiam todos os grupos sociais e educacionais, de crianças a adultos” (SCOTT, 2007, p.328, tradução nossa).

Apesar da consolidação nas décadas de 1930 e 1940, as *Comic Books* estiveram próximas a extinção nos anos 1950, devido a uma grande perseguição promovida por “[...] parental organizations, psychoanalysts and church groups”<sup>69</sup> (YOUNG, 2014, p. 164) que acreditavam que o gênero representava um péssimo exemplo para as crianças da América. Young (2014) se debruça sobre essa época nebulosa dentro da historiografia das *Comic Books* e afirma que essa perseguição decorria da necessidade de valorizar alguns elementos tradicionais, como o casamento e a família, para garantir a manutenção da atração cultural dentro da lógica da guerra fria. A autora aponta, ainda, como esse movimento levou a uma grande censura dentro dos quadrinhos, autopromovida pelas grandes editoras na tentativa de aplacar as críticas, além de ter tido um impacto extremamente negativo para o feminismo dentro das *Comic Books*.

Durante sua trajetória de mais de 75 anos, a Marvel Comics sempre se destacou por sua proximidade com a sociedade, elemento verificável desde opções realizadas em sua origem tais como a ambientação em um universo politicamente estruturado e a humanização de seus personagens. Dentre de seus títulos, a primeira grande demanda política que a editora deu voz foi a necessidade da entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Surgia naquele momento a simbólica imagem do Capitão América e a icônica capa em que o “super-herói” socava Adolf Hitler.

#### **4.1 Capitão América: Histórico político e social do personagem**

Criado por Joe Simons e Jack Kirby, o personagem Capitão América apareceu pela primeira vez na *Captain America Comics #1*, em dezembro de 1940. Nela, Steve Rogers se tornaria um símbolo da cultura norte-americana, vestindo as cores da bandeira de seu país em seu uniforme de Capitão América. Além de agir como um símbolo dos Estados Unidos, o valente Capitão se tornaria o estereótipo de “super-herói” nacionalista da década de 1940:

The archetype of the nationalist superhero is undoubtedly Captain America, although he was not the first. Captain America first saw print after the start of

---

<sup>69</sup> “[...] organizações de país, psicanalistas e grupos de igreja” (YOUNG, 2014, p. 164, tradução nossa).

the war in Europe but still ten months before Pearl Harbor and the America's first bloodying (DITMMER, 2013, p. 8-9).

As motivações para a criação do personagem foram diversas, mas alguns aspectos fundamentais que influenciaram nas origens do mesmo merecem destaque. As notícias da Guerra na Europa e a complacência dos Estados Unidos com a mesma acabavam gerando debates internos no país, nos quais diversos grupos da sociedade civil norte-americana, pasmos frente às atrocidades do conflito, advogavam a entrada militar no conflito para auxiliar em sua resolução. Além do objetivo de vociferar essas demandas específicas, o fato de que grande parte dos escritores de *Comic Books* possuíam origens judaicas impulsionava esse sentimento antinazista, pois como observa Richard Hall, “[b]eginning as he did as a poster-child against Hitler, in the year leading up to Pearl Harbor, Captain America represented a growing anti-Nazi sentiment in America”<sup>70</sup> (HALL, 2011, p. 333).

Com o grande destaque das *Comic Books* do Capitão América, não tardou aos autores perceberem o potencial político de sua criação:

Nevertheless, the producers of Comic Books (and Captain America, specifically) view their products as more than just lowbrow entertainment; they view their works as opportunities to educate and socialize<sup>71</sup> (DITTMER, 2005, p. 627).

Essa percepção continuaria sendo fundamental em todas as publicações posteriores do Capitão, uma vez que escritores contemporâneos do mesmo admitem essa importância extra presente nas páginas de suas *Comic Books*: “Only a few can inspire. There are some books where it's appropriate and maybe it's our responsibility to provide that. I believe it's mine”<sup>72</sup> (CASSADAY, 2001, s.p.).

O sucesso do Capitão América foi imediato, e logo diversos outros personagens, novos ou antigos, se uniram ao esforço de guerra, principalmente após os ataques de Pearl Harbor. Pedroso (2014) comenta que a lista de inimigos do

---

<sup>70</sup> “[c]omeçando da forma que ele começou como garoto-propaganda contra Hitler, no ano anterior a Pearl Harbor, o Capitão América representava um crescente sentimento antinazista na América” (HALL, 2011, p. 333, tradução nossa).

<sup>71</sup> “Contudo, os produtores de Comic Books (e especificamente os de Capitão América) enxergam em seus produtos mais do que apenas entretenimento barato, eles enxergam eles como oportunidades de educar e socializar” (DITTMER, 2005, p. 627, tradução nossa).

<sup>72</sup> “Apenas alguns podem inspirar. Existem algumas [comic] books em que é apropriado e talvez seja até nossa responsabilidade prover isso. Eu acredito que seja a minha” (CASSADAY, 2001, s.p., tradução nossa).

personagem lentamente crescia e os nazistas deixaram de ser os únicos rivais do sentinela da liberdade, com os japoneses ganhando destaque e sendo caracterizados como figuras sub-humanas e insanas. A distinção no tratamento ao japoneses, que não foi aplicada aos nazistas, evidenciava o grande racismo sofrido pelos asiáticos à época. O encerramento do conflito forçaria uma diversificação nos gêneros de *Comic Books*, mas as grandes editoras estavam satisfeitas com seus esforços, uma vez que “[...] by the end of World War II, the Comic Book had achieved its goal of creating support for the troops overseas as well as the goal of support for the U.S. government”<sup>73</sup> (SCOTT, 2007, p. 335).

O final da Segunda Guerra Mundial clamava por novos inimigos que substituíssem o papel que os países do Eixo cumpriram durante o conflito, e a solução para essa incógnita surgiu através do inimigo comunista que se apresentava, uma vez que “[...] the key Nazis had escaped, and that the Red threat of Communism had re-emerged”<sup>74</sup> (SCOTT, 2007, p. 335).

Autores como Dittmer (2005) analisam a evolução histórica do Capitão América e demonstram como ele representou um papel importante nos mais diversos contextos internacionais e nacionais. O pesquisador destaca principalmente a dinâmica da Guerra Fria, em que o capitão foi inicialmente *rotulado*, ainda nos anos 1950, como “Capitão América, esmagador de comunistas!”. Após a redução na perseguição aos comunistas e a amortização dos tensionamentos na década de 1960, essa versão do Capitão América foi desconsiderada e uma postura menos agressiva ao comunismo foi adotada. Debates internos envolvendo poluição, racismo e pobreza também foram temas largamente desenvolvidos dentro das *Comic Books* através do tempo.

Os debates raciais foram extremamente importantes para a retomada dessas demandas políticas propositivas que reapareceriam nas *Comic Books* do Capitão América após a grande censura dos anos 1950. Enquanto figuras como Martin Luther King e Malcom X defendiam os direitos dos afro-americanos na vida real, o Falcão era

---

<sup>73</sup> “[...] no fim da Segunda Guerra Mundial, as *Comic Books* haviam atingido seu objetivo de criar apoio as tropas além-mar e também seu objetivo de apoiar o governo dos Estados Unidos” (SCOTT, 2007, p. 335, tradução nossa).

<sup>74</sup> “[...] os principais Nazistas haviam escapado, e a ameaça vermelha do comunismo havia retornado” (SCOTT, 2007, p. 335, tradução nossa).

apresentando como o primeiro “super-herói” afro-americano dentro do universo das *Comic Books*, trazendo ao público mais jovem o grande debate da sociedade norte-americana da década de 1960. A figura do Falcão continuaria com uma importância impar na mitologia do Capitão América, não somente como um grande aliado e amigo de Steve Rogers, mas também como seu sucessor<sup>75</sup> após 2014. Esta particularidade cria um vínculo interessante e fortemente questionador, haja vista que tanto o presidente do país quanto seu maior “super-herói” são afro-americanos.

Traçar a orientação política interna de um personagem fictício pode parecer insignificante, mas devido à grande influência e longevidade das *Comic Books* do Capitão América, essa análise não só é possível como é relevante. Apesar de não ser explicitada no universo Marvel, essa orientação é verificável através de informações relevantes divulgadas nas *Comic Books*, que levaram analistas como Hall a alegar que “[...] Captain America consistently represented a slightly-left-of-center approach to America’s role in the world”<sup>76</sup> (HALL, 2011, p. 335). No cenário político interno norte-americano, essa noção aproximaria o Capitão América dos Democratas, fato corroborado devido aos diversos desentendimentos do “super-herói” com o governo de gestões Republicanas. Os atritos o levaram, inclusive, a abandonar sua posição como Capitão América frente à divulgação de um escândalo republicano:

In the 1970s, Captain America confronted his own patriotism when he discovered that President Nixon was at the heart of a massive conspiracy to take over the American government. No longer able to justify his wearing of American colors, Captain America resigned and became the hero Nomad, the Man Without a Country<sup>77</sup> (HALL, 2011, p. 335).

Posteriormente, no final da década de 1980, a corrupção do governo norte-americano, no universo Marvel, levaria Steve Rogers a renunciar uma vez mais ao posto de Capitão América e assumir o manto de “o capitão”. Este ato de renúncia, uma vez mais, coincidia com ascensão da administração republicana. As desavenças com as posições republicanas acabariam desaparecendo após os eventos do 11 de

---

<sup>75</sup> O falcão assume o manto em Capitão América (V7) #25.

<sup>76</sup> “[...] Capitão América consistentemente representava uma abordagem de centro-esquerda em relação ao papel da América no mundo” (HALL, 2011, p. 335, tradução nossa).

<sup>77</sup> “Na década de 1970, (o) Capitão América confrontou seu próprio patriotismo quando descobriu que o presidente Nixon se encontrava no coração de uma conspiração massiva para tomar o governo norte-americano. Incapaz de justificar sua vestimenta com as cores do país, Capitão América resignou de sua posição para se tornar o herói Nômade, o Homem Sem Pátria” (HALL, 2011, p. 335, tradução nossa).

setembro de 2001, uma das demonstrações da grande alteração na proposta da *Comic Book* naquele momento.

Outro tema frequentemente abordado pela *Comic Book* é o terrorismo, suas primeiras aparições dentro dela remetem ainda à década de 1940, onde a organização HYDRA, liderada pelo Caveira Vermelha e aliada aos Nazistas, era a principal inimiga do Capitão América. Essa utilização de terroristas dentro das *Comic Books* era compreensível, pois oferecia uma gama de possibilidades que garantiam a continuidade e a popularidade das publicações, como argumenta Cord Scott:

Like the actual terrorists, the fear of people secretly plotting violence against a defenseless population, and possibility of some weapon that could cause untold terror or destruction, led Comic Book creators to use terrorists as a great enemy that could strike from anywhere and then blend into the background<sup>78</sup> (SCOTT, 2011, p. 2).

Outra característica importante dos terroristas de *Comic Books* antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 é a caracterização dos líderes como megalomaniacos com obsessão pela dominação global.

Some of the more famous terrorist leaders in Comic Books were megalomaniacal in their own right from the Red Skull (two forms, one a Nazi and the other a Communist threat), to the oriental villain The Mandarin, who also sought world conquest<sup>79</sup> (SCOTT, 2011, p. 2).

A utilização de uniformes que distinguiam os inimigos, além de armamentos fora dos padrões da realidade, eram elementos obrigatoriamente presentes nas apresentações das organizações terroristas HYDRA ou I.M.A (Ideias Mecânicas Avançadas), evidenciando seu caráter mais fantasioso.

Ao analisar as incursões do Capitão América contra o terrorismo podemos observar, também, que um aspecto importante de suas *Comic Books* é a atuação internacional do personagem. Essa prática tem início nos combates contra os nazistas, ainda na Segunda Guerra, e se mantém presente durante grande parte da

---

<sup>78</sup> “Assim como os terroristas reais, o medo de pessoas secretamente planejando atos de violência contra populações indefesas, e a possibilidade de algumas armas que poderiam causar terror e destruição inimagináveis, levaram os criadores de Comic Books a usar terroristas como um grande inimigo que poderia atacar de qualquer lugar e depois desaparecer no cenário” (Scott, 2011, p. 2, tradução nossa).

<sup>79</sup> “Alguns dos mais famosos líderes terroristas em quadrinhos eram megalomaniacos, desde o Caveira Vermelha (uma ameaça de duas facetas, uma nazista e outra comunista), até o vilão oriental Mandarin, que também buscava a conquista do mundo” (SCOTT, 2011, p. 2, tradução nossa).

história do Capitão, incorporando, ou não, alianças locais nos confrontos, algo frequentemente demonstrado nas alianças com um herói britânico, o Capitão Britânia.

Esse caráter intervencionista é estritamente ligado à “excepcionalidade norte-americana” e derivado das fortes concepções ligadas ao Destino Manifesto<sup>80</sup> e à defesa do “sonho americano”, valores que sempre foram exaltados como fundamentais nas *Comic Books* do Capitão América. Essa atitude também pode ser verificada através das declarações do próprio personagem, que alega que "I dont view people as undeserving of my help because of where they live"<sup>81</sup> (JURGENS; LAYTON, 2001, p. 20).

A compreensão das diretrizes históricas das *Comic Books* do Capitão América é um elemento fundamental para entender a nova fase que acontece após os atentados de 11 de setembro de 2001, na qual o Capitão América retornaria às suas origens.

## 4.2 Diplomacia Cultural e Soft Power na Guerra ao Terror

Após o fracasso do personagem nos anos 1990, ocasionado pela crise existente na editora e no mercado de *Comic Books*, havia, em 2001, um planejamento prévio de uma nova linha de *Comic Books* do Capitão América que buscava revigorar o personagem no novo século, contudo os atentados terroristas rapidamente alteraram esse projeto. Seguindo uma tendência que surgiu naquele momento, o Capitão se juntaria a outros “[...] characters that had been around for several decades were given new direction toward the war on terrorismo”<sup>82</sup> (SCOTT, 2007, p. 326).

Essa tendência das *Comic Books* de retratarem os atentados e debaterem o tema era previsível, devido ao seu papel social, como fora exposto anteriormente. Mas

---

<sup>80</sup> O destino manifesto, termo cunhado por John O’sullivan (1845), é uma doutrina que credita aos Estados Unidos a missão divina de guiar o mundo rumo ao progresso, o que resultaria em uma posição moral única do país frente ao resto do mundo.

<sup>81</sup> “Não acredito que as pessoas como inaptas a receber meu auxílio baseado no lugar em que elas vivem” (2001, p. 47, tradução nossa).

<sup>82</sup> “[...] personagens que estavam presentes a décadas e que receberam um novo direcionamento na guerra contra o terrorismo” (SCOTT, 2007, p. 326, tradução nossa).



nesse caso específico havia elementos extras que impulsionariam ainda mais essa abordagem, uma vez que

[...] comic creators had special reasons to respond. This was due, largely, to three factors: first, as much of their readership consisted of young people and children, they felt a responsibility to explain the events in an understandable way; second, most of them lived in New York City and experienced the devastation firsthand; and third, their superheroes should have been able to stop this sort of attack, in theory at least<sup>83</sup> (SCOTT, 2011, p. 201).

Se essas construções eram verdades para tantos outros “super-heróis” das *Comic Books*, elas se tornariam ainda mais importantes para um “super-herói” que se consolidou no século XX como símbolo nacional, então seria natural que “[...] when terror struck America on September 11, the cultural playing field changed and suddenly Cap became a much more powerful and relevant icon”<sup>84</sup> (CASSADAY, 2001, s.p.).

A grande força que as *Comic Books* do Capitão América concentrava nesse contexto específico gerava muita expectativa e pressão sobre como ela seria desenvolvida. Inclusive, esta expectativa demasiada explicaria as dificuldades posteriores encontradas pela editora e a razão pela qual ocorreram diversas demissões e constantes trocas editoriais dentro da Capitão América (V4).

Produzida inicialmente pelo roteirista John Ney Rieber e o desenhista John Cassaday<sup>85</sup>, a nova série de *Comic Books* do Capitão América possuía plena consciência do papel que desempenharia, pois como aponta seu desenhista,

We can influence those around us. We don't want to make villains out of innocent people. There's a need to be very careful right now. Propaganda can be used to inspire and unite. It can also be used to point fingers and make generalizations. We must stray from the latter<sup>86</sup> (CASSADAY, 2001, s.p.).

---

<sup>83</sup> “[...] criadores de *Comic Books* tinham motivos especiais para responder. Isso ocorria majoritariamente devido a três fatores: primeiro, como muitos de seus leitores consistiam de jovens e crianças, eles sentiram a responsabilidade de explicar os eventos de alguma maneira compreensiva; segundo, a maioria deles vivia em Nova York e haviam visto a devastação pessoalmente; e terceiro, seus ‘super-heróis’ deveriam ser capazes de impedir esse tipo de ataque, pelo menos em teoria” (SCOTT, 2001, p. 201, tradução nossa).

<sup>84</sup> “[...] quando o terror atingiu a América no 11 de setembro, o campo cultural se alterou bruscamente e o Capitão se tornou um ícone muito mais poderoso” (CASSADAY, 2001, s.p., tradução nossa).

<sup>85</sup> *Comic Books* dessa qualidade são costumeiramente criadas por uma equipe produtiva, que conta ainda com responsáveis pela colorização e pelas letras, além da importante revisão editorial. Durante toda a produção de Capitão América (V4) diversas pessoas assumiram esses cargos, contando com mais de 5 roteiristas.

<sup>86</sup> “Nós podemos influenciar aqueles em nosso meio. Não queremos transformar pessoas inocentes em vilões. Existe a necessidade de ser muito cuidadoso nesse momento. Propaganda pode ser usada para inspirar e unir. Ela também pode ser usada para apontar culpados e fazer generalizações, o que precisamos evitar” (CASSADAY, 2001, s.p., tradução nossa).

O reconhecimento da grande influência dessa *Comic Book* tem importantes implicações internas, no entanto, no contexto do século XXI, também repercute no âmbito internacional e será apreciado neste trabalho. A publicação oficial, através da Panini Comics no continente Europeu e na América do Sul<sup>87</sup>, bem como a digitalização ilegal e posterior venda oficial de edições digitais dessa *Comic Book*, impulsionou o alcance das *Comic Books* do Capitão América no planeta, inclusive, proporcionando a interação direta com a população civil de diversos países.

As implicações internacionais, ora citadas, interagem com o conceito de Diplomacia Cultural, pois conseguem dialogar com a sociedade civil de outras nações, levando a elas a mensagem política contida num formato que tem o caráter mais comum de entreter, que são as *Comic Books*.

Para avaliar se essa interação promovida pela *Comic Book* Capitão América (V4) (2002-2006) pode ser compreendida não só como uma fonte de Diplomacia Cultural, mas também como um elemento de *soft power* da política externa do governo George W. Bush (2001-2009), analisaremos a maneira a obra aborda alguns elementos também presentes na Doutrina Bush. Para tanto, cinco temas específicos serão analisados, quais sejam: 1) nacionalismo e o sonho americano; 2) a nova perspectiva de atuação em política externa; 3) o novo terrorismo do século XXI; 4) direitos humanos e a liberdade religiosa; e, 5) o Eixo do mal e as armas de destruição em massa.

#### **4.2.1 Nacionalismo e o Sonho Americano**

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o nacionalismo e a união interna da sociedade civil estadunidense uma vez mais afloraram em prol de um novo objetivo nacional que se desenhava. Esse sentimento de união e solidariedade é perceptível através das afirmações de George W. Bush em sua declaração nacional,

---

<sup>87</sup> No Brasil, a Panini lançou o arco “New Deal” dentro das revistas “Marvel 2002” e “Marvel 2003” entre setembro de 2002 e abril de 2003.

três dias após o atentado, na qual declara que “My fellow citizens, we have seen the state of our Union – and it is strong”<sup>88</sup> (BUSH, 2010, p. 122).

A união nacional após os atentados catapultou a popularidade do presidente e estimulou o nacionalismo que, por sua vez, tiveram utilidade em dois frentes: a coesão e a solidariedade interna frente aos atentados, e também, a nova necessidade de recrutamento para respondê-los a partir da invasão massiva ao Afeganistão<sup>89</sup>, pois como aponta George W. Bush, “[...] this time we would put boots on the ground, and keep them there until the Taliban and al Qaeda were driven out and a free society could emerge”<sup>90</sup> (BUSH, 2010, p. 121).

Na capa da primeira edição de Capitão América (V4), esse retorno a um momento de guerra é amplamente evidenciado, através de uma clara referência a um dos mais famosos pôsteres da Segunda Guerra Mundial:

---

<sup>88</sup> “Meus caros cidadãos, nos vimos o estado da União – e ele é forte” (BUSH, 2010, p. 122, tradução nossa).

<sup>89</sup> O Afeganistão, com o final da guerra com a União Soviética (1980-1989), vivenciou um período de grande instabilidade política e, nesse vácuo de poder, um grupo formado por islamistas (ou fundamentalistas islâmicos, como são mais comumente conhecidos) conseguiu alcançar o poder. Com as alterações na legislação do país e a aplicação das leis da xaria, o Afeganistão passou a vivenciar um momento ímpar de sua história e, devido às características da organização al-Qaeda – também contrária ao modelo de vida ocidental e defensora da aplicação da xaria –, o governo afegão passou a protegê-la em seu território. A partir da aplicação da Doutrina Bush e a consequente Guerra ao Terror, os países que fossem “patrocinadores de organizações terroristas ou as acobertassem em seu território” estariam passíveis represália e, inclusive, invasão. Nesse sentido, como o governo do Talibã não aceitou expulsar os militantes da al-Qaeda, os EUA e forças aliadas, no pós-11/9, encontraram a legitimidade para implementar a invasão ao Afeganistão.

<sup>90</sup> “[...] dessa vez nos colocaremos tropas no solo, ficaremos lá até o Taliban e a al Qaeda forem retirados e uma sociedade livre possa emergir” (BUSH, 2010, p. 121, tradução nossa).

Figura 1 – Capitão América e Uncle Sam liderando tropas



Fonte: (BUY WAR BONDS; RIEBER, CASSADAY, 2002a, p. 1)

Ocupando, como um gigante, a parte central da figura 1 (à direita), segurando a bandeira e guiando as tropas no momento da guerra, o Capitão América retornava a seu papel original, uma inspiração aos norte-americanos no campo de batalha ao mesmo tempo em que atua como o “super-soldado”.

O caráter de incentivo ao nacionalismo se faria presente em todas as capas do arco *New Deal*, mas é em sua terceira edição que a mensagem mais direta e simples pode ser identificada:

Figura 2 – Incentivos ao recrutamento



Fonte: I WANT YOU; RIEBER; CASSADAY, 2002c, p. 1)

Da mesma forma que Uncle Sam, figura 2 (à esquerda), promovia o recrutamento de soldados durante a Segunda Guerra Mundial, a capa da *Comic Book* da figura 2 (à direita) demonstra que o valente Capitão América incentiva a população americana a fazer sua parte nesse novo conflito. Ainda, traz um claro lembrete do motivo pelo qual os norte-americanos deveriam agir assim, qual seja, como a bandeira da imagem, o solo americano também foi violado, e todos devem auxiliar nesse novo momento. Nesse sentido, a pergunta “Você está fazendo sua parte?”, que compõe a capa da edição, serve como um convite, mas também uma intimidação que coloca em xeque o valor do cidadão estadunidense frente à nação.

As manifestações nacionalistas, contudo, não se limitavam as capas. Através de seus monólogos internos, o Capitão América sempre suscita a importância da união nos momentos de crise:

Figura 3 – A Apoteose do Capitão América



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 29)

A forte imagem do Capitão América sendo iluminado ao defender um cidadão norte-americano que atacaria um compatriota, devido a sua origem árabe, é um cenário que demonstra a apoteose do símbolo nacional. Evidenciando como essa vitória contra o terror só pode ser obtida através da coesão interna, a figura 3 relembra os americanos de que “We’ve got to be stronger than we’ve ever been... As a people...

As a nation... We have to be America. Or they've won"<sup>91</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 29).

O sacrifício feito pelos soldados também é evidenciado dentro da quarta edição da *Comic Book*, em que o Capitão América pondera sobre como poderia ter uma vida simples e evitar as dificuldades do confronto, mas logo relembra seu papel frente ao sonho americano, anunciando que "It's enough to hold it soldier... hold the dream"<sup>92</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002d, p. 31). A valorização das pessoas comuns e a importância do envolvimento individual também são exaltadas dentro desse arco, visto que pela primeira vez em décadas o "super-soldado" publicamente divulga sua identidade civil, isentando o Estado de responder por suas ações ao mesmo tempo que busca se identificar com as pessoas.

Figura 4 – Fonte de inspiração



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002d, p. 13)

<sup>91</sup> "Nós precisamos ser mais fortes do que jamais fomos...como pessoas... como uma nação... precisamos ser a América. Ou eles venceram" (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 29, tradução nossa).

<sup>92</sup> "É suficiente apoiar-lo soldado... apoie o sonho" (RIEBER; CASSADAY, 2002d, p. 31).

Essa identificação como um ser humano acaba gerando uma grande promoção das capacidades pessoais, pois como identifica pedroso, “[...] os autores tentam incentivar e ‘convocar’ o povo para lutar pela paz” (PEDROSO, 2014, p. 60). Esses incentivos ao engajamento individual em temas referentes à segurança nacional são demonstrados na figura 4:

**Cat:** Joel, Joel, look. It’s that super hero guy! From TV, I swear.  
**Joel:** He took his mask off, Cat. He’s not a super hero. Dad says. Just a hero. Like, people could do a lot of stuff he does. If they.  
**Father:** If we cared as much. And tried as hard.<sup>93</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002d, p. 13)

Os valores norte-americanos clássicos também são reproduzidos dentro dessa lógica nacionalista, em especial a liberdade, uma vez que ela é parte central dessa união, um fenômeno que “[...] no enemy of freedom could begin to understand”<sup>94</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 32). Essa disposição do Capitão reiteraria a declaração do presidente norte-americano, que afirmava que o motivos dos ataques derivava do fato de que “[t]hey hate what they see right here in this chamber, a democratic elected government”<sup>95</sup> (BUSH, 2001, s.p.). Essa exaltação de valores norte-americanos certamente auxilia no poder de atração do país, remetendo a aspectos de *soft power* não diretamente ligados a atração cultural.

Figura 5 - Unidos pela liberdade



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 32)

<sup>93</sup> **Cat:** Joel, Joel, veja... É aquele super herói! Da TV, eu juro... **Joel:** Ele tirou sua máscara Cat. O pai disse ele não é mais um “super-herói”, só um herói. Pessoas poderiam fazer muito do que ele faz, se elas... **Pai:** Se nós nos importássemos tanto quanto ele. E tentássemos com a mesma intensidade (RIEBER; CASSADAY, 2002d, p. 13, tradução nossa).

<sup>94</sup> “Nenhum inimigo da liberdade consegue começar a compreender” (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 32, tradução nossa).

<sup>95</sup> “[e]les odeiam o que veem aqui nessa câmara, um governo democraticamente eleito” (BUSH, 2001, s.p., tradução nossa).



Apesar de claramente conter dados com doses de nacionalismo explícito, além das dezenas de manifestações nacionalistas implícitas contidas nas bandeiras e outros elementos clássicos do personagem, a *Comic Book* não deixou de sofrer críticas em relação a isso. Essas críticas foram verbalizadas pelo radialista e republicano norte-americano Michael Medved (2003), que defendia que essas *Comic Books* poderiam gerar interpretações errôneas ao permitir aos terroristas a defesa de seus pontos de vista, vociferando críticas ao governo norte-americano.

É importante ressaltar, contudo, que esses elementos contestatórios podem ser bem recebidos pelo público internacional, que compreenderiam essa dinâmica de permitir, ao menos parcialmente, o debate político referente ao terrorismo como um atrativo norte-americano, uma vez que através dessa retórica os Estados Unidos não só reconheceriam seus erros, mas também estariam realmente dispostos a se engajar em uma nova perspectiva de atuação externa.

#### **4.2.2 A nova perspectiva de atuação em política externa**

A Doutrina Bush representou uma alteração de paradigma da política externa norte-americana, buscando principalmente uma nova estratégia em relação aos Estados mais pobres do cenário internacional:

Decades of massive development assistance have failed to spur economic growth in the poorest countries. Worse, development aid has often served to prop up failed policies, relieving the pressure for reform and perpetuating misery. Results of aid are typically measured in dollars spent by donors, not in the rates of growth and poverty reduction achieved by recipients. These are the indicators of a failed strategy<sup>96</sup> (BUSH, 2002, p. 21)

---

<sup>96</sup> “Décadas de uma assistência massiva ao desenvolvimento falharam em germinar crescimento econômico nos países mais pobres. Pior ainda, esse auxílio muitas vezes serviu para aplacar política falhas, retirando a pressão por reformas e perpetuando a miséria. Resultados desse auxílio são normalmente medidos em milhões de dólares gastos pelos doadores, não em resultados reais nas taxas de crescimento e redução da pobreza conquistadas pelos recebedores das doações. Esses são indicativos de uma estratégia incorreta” (BUSH, 2002, p. 21, tradução nossa).

Essa nova orientação buscaria levar a democracia e a liberdade a esses estados, visando assim “[...] to help unleash the productive potential of individuals in all nations”<sup>97</sup> (BUSH, 2002, p. 21).

A nova estratégia de atuação norte-americana defenderia a humanidade ao combater os terroristas e evitar uma expansão massiva do confronto, e, nesse sentido, essa também seria a motivação do Capitão América:

Figura 6 – Capitão América e a Terceira Guerra mundial



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002e, p. 30)

Esta perspectiva é explicitada na figura 6, quando o personagem afirma que “I believe... that on september the eleventh, 2001. A psychopath murdered almost three thousand defenseless human beings in an attempt to trigger World War III”<sup>98</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002e, p. 30). A mensagem proposta pelos roteirista ganha sutilezas e se adapta à proposta de Bush quando um simples troca de palavras na fala do personagem amplia o sentido da atuação estadunidense. A utilização da palavra

<sup>97</sup> “[...] auxiliar a liberar o potencial produtivo de indivíduos de todas as nações” (BUSH, 2002, p. 21, tradução nossa).

<sup>98</sup> “Eu acredito... que no 11 de setembro de 2001 – um psicopata matou quase 3 mil humanos indefesos numa tentativa de iniciar a terceira guerra mundial” (RIEBER; CASSADAY, 2002e, p. 30, tradução nossa).

“humanos” ao invés de “norte-americanos” ao se referir às vítimas do atentado, demonstra que a preocupação é com a humanidade, e, por conseguinte, os inimigos terroristas são inimigos da humanidade, e não só dos norte-americanos.

O reconhecimento de fracassos anteriores e da desatenção norte-americana para com diversos Estados no pós-Guerra Fria também é um tema amplamente debatido nas *Comic Books*, uma vez que o vilão terrorista, al-Tariq, acusa os Estados Unidos de serem os criadores desses monstros ao negligenciar auxílio verdadeiro e perpetuar a miséria no resto do mundo após o fim do inimigo soviético.

Essas acusações são vistas como injustificáveis para os atentados, contudo conseguem criar um momento de reflexão dentro da *Comic Book*, e designar uma promessa de uma atuação diferenciada por parte do Capitão América e do povo norte-americano:

Figura 7 - Aprendizado e mudança na atuação

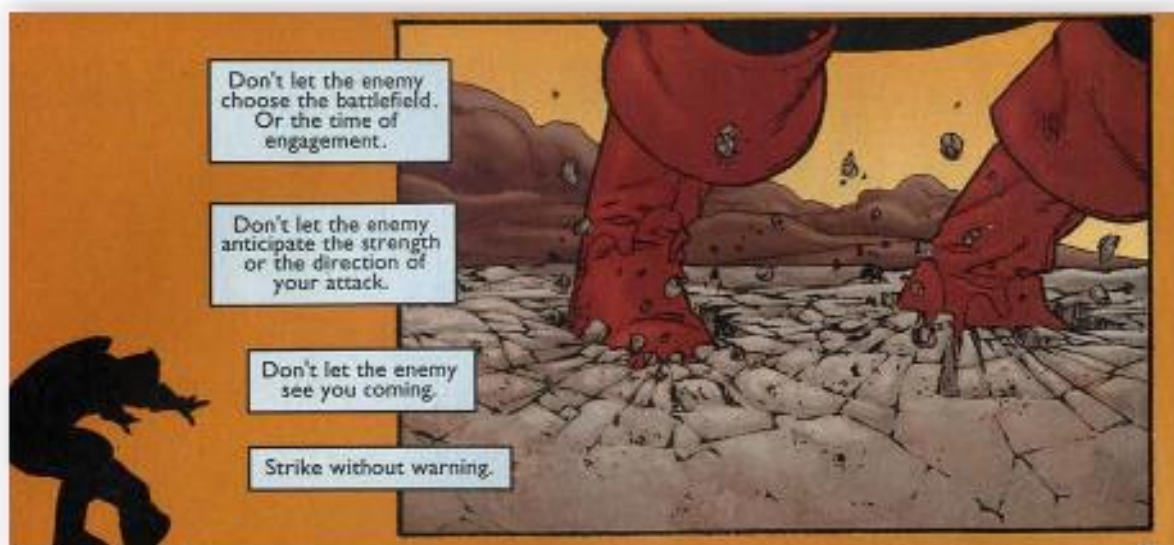


Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002e, p. 35-36)

Essa promessa de uma nova atuação é evidenciada nas palavras do Capitão América, na Figura 7, ao anunciar que “We’ve changed. We’ve learned. We know now. And those days are over. We’ve learned from our mistakes”<sup>99</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002e, p. 35-36). Apesar de não descrever quais seriam essas novas atitudes, é implícito pela construção do arco que elas giram em torno da defesa da humanidade e da liberdade no planeta, ou seja, em congruência com o pensamento de Bush de que “[p]eople everywhere want to be able to speak freely; choose who will govern them; worship as they please; educate their children – male and female; own property; and enjoy the benefits of their labor”<sup>100</sup> (BUSH, 2002, s.p.).

Essa proposta de democracia e liberdade não seria possível sem a intervenção militar. A doutrina de “[...] take the fight to the enemy overseas before they can attack us again here at home”<sup>101</sup> (BUSH, 2010, p. 241) e a utilização polêmica do ataque preemptivo também figuram na *Comic Book*:

Figura 8 – O novo ataque



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 42)

<sup>99</sup> “Nós mudamos. Nós aprendemos. Nós sabemos agora. E esses dias ficaram no passado. Nós aprendemos com nossos erros” (RIEBER, CASSADAY; 2002e, p. 35-36, tradução nossa).

<sup>100</sup> “[p]essoas de todos os lugares querem ter liberdade de expressão, escolher seu governo, sua religião, educar suas crianças - homens e mulheres; ter propriedades; e desfrutar dos benefícios de seu próprio trabalho” (BUSH, 2002, s.p., tradução nossa).

<sup>101</sup> “[...] levar a batalha para os inimigos além-mar antes que eles possam nos atacar novamente em nosso território” (BUSH, 2010, p. 241, tradução nossa).

Nesse sentido, como demonstra a figura 8, a ideia de atuação proposta pelo Capitão América vai ao encontro das posições ofensivas da Doutrina Bush: “Don’t let the enemy choose the battlefield. Or the time of engagement. Don’t let the enemy anticipate the strength of the direction of your attack. Don’t let the enemy see you coming. Strike without warning”<sup>102</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 42).

Outros elementos presentes na *Comic Book* também incentivam a aproximação internacional ao mesmo tempo em que reforçam a possibilidade de ação unilateral. Dentre esses aspectos, a luta contra o terrorismo é indubitavelmente a que mais chama atenção.

#### 4.2.3 A nova Guerra ao Terror do século XXI

Velho conhecido das *Comic Books*, o terrorismo evidenciado pela Capitão América (V4) difere das abordagens anteriores sobre o tema nos mais diversos aspectos, assim, adapta um antigo tema das *Comic Books* para um novo contexto.

A primeira grande mudança deriva do fato de que a narrativa não faz referência a um atentado exclusivo do universo das *Comic Books*, como era o padrão antigamente, mas sim trata de uma representação clara dos atentados reais realizados no 11 de setembro de 2001. Iniciando a primeira edição com uma reprodução fidedigna do sequestro de um dos aviões que colidiu com as torres do World Trade Center, os autores deixam claro que as antiga dinâmicas de um vilão terrorista tentando se apoderar de poderosas armas deixaram de ser o único método de abordagem, uma vez que a partir de então tudo poderá ser utilizado como arma do terror. Esse é um ponto de vista compartilhado pela administração Bush, uma vez que segundo o presidente “[t]errorists are organized to penetrate open societies and to turn the power of modern technologies against us”<sup>103</sup> (BUSH, 2002, s.p.).

---

<sup>102</sup> “Não deixe o inimigo escolher o campo de batalha. Ou a hora do engajamento. Não deixe o inimigo antecipar a força ou a direção do seu ataque. Não deixe o inimigo ver você chegando. Ataque sem avisar” (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 42, tradução nossa).

<sup>103</sup> “[o]s terroristas estão organizados para penetrar em sociedades abertas e voltar contra nós o poder da tecnologia moderna” (BUSH, 2002, s.p., tradução nossa).

Uma transformação altamente relevante, tanto na construção das imagens quanto na declaração, presente na figura 9, de que “[...] it doesn't matter where you thought you were going today. You're part of the bomb now”<sup>104</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 3).

Figura 9 – O sequestro do avião



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 3)

<sup>104</sup> “[...] não importa onde você pensa que estava indo hoje. Você é parte da bomba agora” (RIEBER, CASSADAY; 2002a, p.3, tradução nossa).

Essa contextualização proposta pelos autores, presente na Figura 9, traz um elemento de extrema importância ao assegurar a inocência dos Estados Unidos, uma vez que “[...] it establishes that war is not a choice; it is a state that America has found imposed upon It”<sup>105</sup> (DITTMER, 2005, p. 638).

As semelhanças com o atentado terrorista promovido pela al-Qaeda não se encerram nesse momento, visto que a primeira edição da *Comic Books* contém diversas imagens do Capitão América auxiliando na tentativa de recuperação de pessoas e na retirada dos destroços, além de apresentar uma declaração clara do mesmo de que aquele atentado resultaria numa guerra.

A organização considerada responsável pelos ataques no 11 de setembro, a al-Qaeda, raramente é citada diretamente na *Comic Book*, e apenas a cidade Afegã de Kandahar é mencionada no texto, mas a localidade também não aparece em momento nenhum. Entretanto, algumas referências presentes em imagens e texto explicitam os terroristas pertencentes a essa organização como os verdadeiros vilões da *Comic Book*, além de esclarecer que eles seriam os verdadeiros responsáveis pelos atentados.

Figura 10 – al Qaeda na ficção



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 4)

---

<sup>105</sup> “[...] ela estabelece que a guerra não foi uma escolha, foi um conjuntura imposta sobre a América” (DITTMER, 2005, p. 638, tradução nossa).

Figura 11 – al Qaeda na realidade



Fonte: Manhattan U.S. Attorney's Office via Bloomberg

Conforme exposto na figura 10, a comemoração dos terroristas representada na *Comic Book* guarda semelhanças incontestáveis com as imagens divulgadas da liderança da Al-Qaeda nas mais diversas mídias (figura 11). Nestas imagens, reproduz-se desde o ambiente cavernoso até mesmo os trajes islâmicos e as armas utilizadas pelos terroristas. A utilização de simples trajes islâmicos é uma constante em toda a Capitão América (V4), que não serve apenas para identificar possíveis inimigos, mas também devido ao fato de que “[...] wearing uniforms would also offer some sort of protection under the Geneva Convention on the treatment of combatants”<sup>106</sup> (SCOTT, 2011, p. 5).

Pedroso (2014) indica que essa celebração dos terroristas ao sucesso do atentado e suas atitudes indiferentes à vida humana, colocada em contraposição a todo o sofrimento e à prioridade para com a segurança das pessoas objetivada pelo Capitão, cria uma dinâmica interessante que evidenciaria mais o caráter de “super-herói” e vilão dos personagens representados.

---

<sup>106</sup> “[...] vestir uniformes também garantiria alguma forma de proteção dentro da Convenção de Genova sobre o tratamento dos combatentes” (SCOTT, 2011, p. 5, tradução nossa).



Figura 12 – O rifle soviético



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 4)

O desenho das armas, apresentado na figura 12, comprova esse caráter mais realista adotado pela *Comic Book*. Assim, desaparecem os caricaturados armamentos que estiveram presentes por anos e dá-se lugar a representações claras do amplamente utilizado fuzil soviético AK-47, o que indicaria não só a realidade desse novo inimigo, mas também demonstraria uma continuidade do mesmo, visto que ele havia herdado não só o papel de inimigo da União Soviética, mas também seu armamento.

A figura 13 enfatiza a imagem de um líder dentro do grupo, apesar de construída sob sombras, essa figura carrega muitas características do líder da al-Qaeda original, Osama-Bin-Laden (figura 14).

Figura 13 – Osama Bin Laden na ficção



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 04)

Figura 14 – Osama Bin Laden na realidade



Fonte: Emirates247

Após sua representação na primeira edição, Osama não voltaria a aparecer durante toda a *Comic Book*, contudo membros de organizações jihadistas islâmicas retornariam às páginas de Capitão América (V4), enquanto o próprio Osama seria referenciado em texto diversas vezes, muitas delas como mentor desses grupos.

A utilização de ataques terroristas dentro e fora do território norte-americano é um artifício utilizado extensivamente, sendo em sua totalidade comandados por jihadistas islâmicos, com destaque para um líder terrorista denominado al-Tariq. Obcecado pelo Capitão América, al-Tariq incentiva diversos de seus homens a morrerem na tentativa de destruir o “super-herói” estadunidense, e em determinado momento, comanda diversas crianças a atacarem o personagem.

Figura 15 – Um falso inimigo



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002c, p. 15)

Após se recusar a lutar contra crianças no campo de batalha, afirmando que “This is America, we don’t make war on children”<sup>107</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002c, p. 3), o Capitão se fere ao proteger uma delas, que, sem seu auxílio, teria sido vítima da explosão provocada por um de seus amigos que decidiu se explodir – numa citação indireta à insanidade das ações dos homens-bomba jihadistas – na tentativa de destruir o símbolo Americano. Na sequência, a criança reconhece a nobreza do Capitão, questionando suas ordens ao indagar: “You... Did al-Tariq lie? You are not the enemy”<sup>108</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002c, p. 15) (Figura 15), ou seja, uma declaração corroborada pelo “super-herói”.

Essa representação claramente demonstra um suposto caráter benigno da atuação norte-americana, uma vez que não somente ela seria guiada por princípios

<sup>107</sup> “Isso aqui é a América, nós não fazemos guerra contra crianças” (RIEBER, CASSADAY, 2002c, p. 3, tradução nossa).

<sup>108</sup> “Você... O al-Tariq mentiu? Você não é o inimigo” (RIEBER; CASSADAY, 2002c, p. 15, tradução nossa).

morais, representados na alternativa pela não utilização da força contra crianças, mas também teria o messiânico objetivo de proteger as pessoas do país e lutar por sua liberdade, contestando as mentiras expostas por seus líderes. Dessa forma, a *Comic Book* atua em consonância com as considerações de Arraes (2009), ao apresentar uma atuação messiânica de Bush, ao supostamente livrar as pessoas das mentiras produzidas por seus líderes.

A maneira como a *Comic Book* trata a morte também é interessante, visto que diversas vezes é possível perceber os terroristas ignorando a importância da vida e até mesmo, exaltando a morte. Isso ocorre nas várias tentativas suicidas de eliminar o herói estadunidense, as quais, por sua vez, há a tentativa de evitar que seus inimigos consigam se suicidar. Sendo assim, o terrorismo seria confrontado pela benigna atuação norte-americana, que lutaria pela liberdade e pela justiça, além de, principalmente, defender a vida de todos os direta e indiretamente envolvidos no conflito, haja vista “[o] capitão américa se apresenta[r] como um defensor da vida, enquanto seus inimigos defendem a morte” (PEDROSO, 2014, p. 73).

Essa defesa da vida, ainda que contraditória com a pena de morte presente em diversos estados norte-americanos, cria um forte poder de atração, além de se propor a demonstrar os Estados Unidos como defensores dos direitos humanos.

#### **4.2.4 A batalha contra a Islamofobia e a restauração do prestígio através da defesa dos direitos humanos**

Historicamente, as publicações de *Comic Books* não se engajavam muito na busca por uma representação verídica de alguns aspectos dos inimigos, o que auxiliava na criação de estereótipos, contudo desde a publicação da primeira edição da *Comic Book* Capitão América (V4), evidencia-se uma grande preocupação em evitar a generalização de que todos os islâmicos seriam terroristas, buscando assim frear a islamofobia.

Essa premissa é defendida e exemplificada também por Cord Scott, quando firma que “[f]or example, Captain America breaks up an attack on a Middle Eastern

teenager, and he notes that particular criminal individuals, not a whole religion or race, were responsible”<sup>109</sup> (SCOTT, 2001, p. 203).

Figura 16 – Samir, um inocente



Fonte: (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 25)

O exemplo de Scott deriva de uma sequência exposta na figura 16, produzida por Rieber e Cassaday, que evidencia a existência de muçulmanos que fazem parte da sociedade norte-americana e não possuem absolutamente nenhuma relação com os terroristas. O personagem Samir, após uma orientação de Steve Rogers, afirma que: “I know what time it is. And I know where I am. I live here. My name’s Samir, not Osama, and my father was born on this street”<sup>110</sup> (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 25).

Uma grande semelhança presente tanto em Samir quanto no também muçulmano e pacifista iraniano Fernand Hedayat é a utilização de roupas ocidentais pelos dois personagens, o que indicaria que o islamismo pacífico é representado como algo moderno e compatível com a sociedade ocidental, enquanto o fundamentalismo islâmico é representado pela utilização das vestimentas clássicas e visto como inapto a coexistir com a sociedade ocidental. Isso também pode ser interpretado como um reforço a ideia de que aqueles que adotam o modelo ocidental estão mais avançados

<sup>109</sup> “[p]or exemplo, o Capitão América para um ataque em um adolescente do oriente médio, e nota que indivíduos criminosos, e não uma religião ou raça, eram responsáveis” (SCOTT, 2001, p. 203, tradução nossa).

<sup>110</sup> “Eu sei que horas são e eu sei onde estou. Meu nome é Samir, não Osama, e meu pai nasceu nessa rua” (RIEBER; CASSADAY, 2002a, p. 25, tradução nossa).

e por isso refutam a atuação terrorista, enquanto os fundamentalistas, que não atingiram esse avanço, acreditam no terrorismo como forma de atuação.

A reação inicial de Bush aos ataques clamava por uma “cruzada” contra o terrorismo, como pode ser observadas nas palavras do presidente: “[T]his crusade, this war on terrorism is going to take a while. And the American people must be patient. I’m going to be patient”<sup>111</sup> (BUSH, 2002, s.p.). A utilização do termo cruzada, como aponta Ford (2004), causou um grande repúdio na opinião pública dentro da Europa, devido ao fato de que incitava um choque de civilizações, indo ao acordo da teoria defendida por Huntington.

O termo cruzada e as suas implicações logo foram refutados pelo próprio presidente, que alterou sua abordagem visando tranquilizar a opinião pública de diversos países e visando, também, apresentar uma visão mais favorável a maior parte da comunidade islâmica. Essa nova abordagem pode ser identificada na *Comic Book* ao procurar retratar os terroristas como uma parte bem específica da comunidade islâmica. Dessa forma, a *Comic Book* atua em concordância com pronunciamentos posteriores do presidente George W. Bush, que se preocupava com o apoio de aliados islâmicos dentro e fora do país, e afirmava que:

“The terrorists are traitors to their own faith, trying, in effect, to hijack Islam itself. The enemy of America is not our many Muslim friends; it is not our many Arab friends. Our enemy is a radical network of terrorists, and every government that supports them”<sup>112</sup> (BUSH, 2001, s.p.).

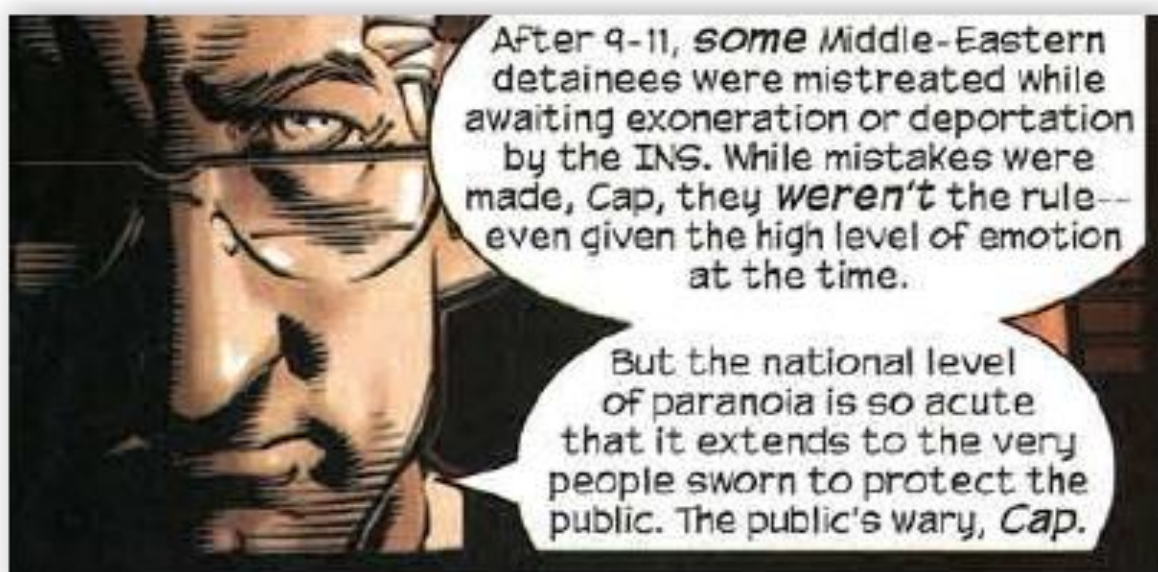
A maneira de abordagem dos temas, proposta pela *Comic Book*, permitia a atração uma gama muito ampla de fãs, inclusive da comunidade islâmica dentro e fora do país, contudo, as constantes denúncias de cometimento de crimes contra os direitos humanos pelos soldados estadunidenses minava essa atração. E chegou a níveis críticos após os escândalos das prisões de Guantánamo (Cuba) e Abu Ghraib (Iraque).

---

<sup>111</sup> “[E]ssa cruzada contra o terrorismo vai ser duradoura. E os Americanos devem ser pacientes. Eu serei paciente” (BUSH, 2002, s.p., tradução nossa).

<sup>112</sup> “Os terroristas são traidores de sua própria fé, tentando, na realidade, roubar o Islã. O inimigo da América não são nossos muitos amigos muçulmanos, não são nossos muitos amigos árabes. Nosso inimigo é uma rede radical de terroristas, e todos os governos que apoiam eles” (BUSH, 2001, s.p., tradução nossa).

Figura 17 – Equívocos



Fonte: (MORALES; BACHALO, 2004a, p. 40)

A *Comic Book*, como demonstrada na figura 17, aborda esses temas a partir de um ponto de vista que visa demonstrar que essas acusações representavam uma parcela pequena da realidade, e, assim, o Capitão América é convidado a estar presente em um julgamento nas instalações de Guantánamo.

No roteiro da *Comic Book*, o pedido é realizado pelo diretor Tolliver, que acreditava que a presença do Capitão garantiria a aplicação da justiça no julgamento e evitaria questionamentos acerca de sua probidade. Para explicar a necessidade da presença do Capitão no julgamento, Tolliver afirma que:

After 9-11, **some** middle-eastern detainees were mistreated while awaiting exoneration or deportation by the INS. While mistakes were made, Cap, they **weren't** the rule – even given the high level of emotion at the time. But the national level of paranoia is so acute that it extends to the very people sworn to protect the public. The public's wary, cap<sup>113</sup> (MORALES; BACHALO, 2004a, p. 40, grifos do autor).

O destaque concedido as palavras “alguns” e “não eram” demonstra a tentativa de evidenciar que esses casos de violação dos direitos humanos foram exceções, e

<sup>113</sup> “Depois do 11-9, **alguns** detentos do oriente médio foram maltratados enquanto aguardavam exoneração ou deportação pelo INS. Apesar de alguns enganos terem sido cometidos capitão, eles **não eram** a regra – nem mesmo devido ao alto nível de emoção na época. Mas o nível nacional de paranoia é tão alto que ele se estende as pessoas juramentadas de proteger o público. O público está cauteloso, capitão” (MORALES; BACHALO, 2004a, p. 40, grifos do autor, tradução nossa).

não se tratavam da prática comum para com os detentos. A representação de Guantánamo dentro da *Comic Book* agiria de forma a reforçar esses argumentos apresentados por Tolliver.

Figura 18 – Liberdade religiosa em Guantánamo



Fonte: (MORALES; BACHALO, 2004b, p. 14)

A representação da prisão de Guantánamo, como visto na figura 18, conta com detentos saudáveis e vestidos, que possuem total liberdade religiosa e um local em que podem orar livremente, além de instalações privadas relativamente confortáveis, ou seja, um cenário extremamente diferente do que foi exposto nas fotos divulgadas pelos escândalos nas prisões de Guantánamo e Abu Grahیب.



Essa preocupação com os direitos humanos apresentada pela *Comic Book* também pode ser observada na política externa do governo George W. Bush, pelo menos no sentido retórico, pois como afirma o presidente,

“In the twenty-first century, only nations that share a commitment to protecting basic human rights and guaranteeing political and economic freedom will be able to unleash the potential of their people and assure their future prosperity”<sup>114</sup> (BUSH, 2002, s.p.).

Assim, as *Comic Books* do Capitão América (V4) promovem uma tentativa de restauração do prestígio norte-americano, que havia sofrido um grave abalo dentro da sociedade civil norte-americana e mundial após as chocantes imagens<sup>115</sup> das atrocidades cometidas por alguns membros da força armada dos Estados Unidos.

Após buscar essa recuperação do prestígio dos Estados Unidos, a *Comic Book* se propõe a trabalhar com um tema muito mais polêmico, ao retratar o “eixo do mal” e a busca norte-americana pelas armas de destruição em massa.

#### **4.2.5 O Eixo do Mal e as Armas de Destruição em Massa**

A invasão do Iraque realizada em 2003 não possuía a mesma legitimidade frente à comunidade internacional e à sociedade civil norte-americana que a ocupação do Afeganistão, mas foi sustentada por Bush graças a uma “possível ligação” entre Saddam Hussein com a al-Qaeda, e principalmente pela suposta presença de armas de destruição em massa (ADM) em poder dos iraquianos.

A busca por ADMs era parte importante da política externa do governo Bush, não só por servir como justificativa para a invasão do Iraque, mas também pelo potencial gerador de caos e terror que esse tipo de armamento possui. Ainda, a prioridade máxima à época era evitar um novo episódio desse tipo após os atentados de 11 de setembro de 2001. Essa perspectiva pode ser identificada na afirmação do presidente George W. Bush, que indicava que “[w]e must be prepared to stop rogue

---

<sup>114</sup> “No século XXI, apenas os países que assumirem o compromisso de proteger os direitos humanos e garantir a liberdade econômica e política serão capazes de abrir espaço para o potencial de seu povo e assegurar sua prosperidade futura” (BUSH, 2002, s.p.).

<sup>115</sup> Disponíveis em <<http://www.antiwar.com/news/?articleid=8560>>.

states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends”<sup>116</sup> (BUSH, 2002, p. 14).

Quando o roteirista Robert Morales publicou seu primeiro trabalho como roteirista da Capitão América (V4), a invasão ao Iraque já havia sido iniciada há meses, e a possibilidade real de encontrar as armas de destruição em massa ou qualquer ligação entre Saddam Hussein e a al-Qaeda se tornava cada vez mais remota, sendo completamente desconstruída posteriormente. Assim, o arco *Homeland*, escrito pelo roteirista, tinha como proposta trabalhar essas questões.

No roteiro, após a fuga de alguns detentos jihadistas da prisão de Guantánamo, o Capitão América pede auxílio ao seu amigo e comandante da S.H.I.E.L.D.<sup>117</sup>, Nick Fury, uma vez que, como afirma Scott, o “[...] Captain America works for the Supreme Headquarters International Espionage Law-Enforcement Division (SHIELD)”<sup>118</sup> (SCOTT, 2001, p. 216).

---

<sup>116</sup> “[n]ós devemos estar preparados para conter estados párias e seus clientes terroristas antes que eles sejam capazes de ameaçar ou efetivamente usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos, seus aliados ou seus amigos” (BUSH, 2002, p. 14, tradução nossa).

<sup>117</sup> A participação do Capitão América na S.H.I.E.L.D. é um tema que gera grandes discussões, principalmente pelos constantes questionamentos do personagem sobre a metodologia de atuação da entidade. Autores como Pedroso (2014), indicam que isso seria uma maneira de demonstrar a insatisfação do herói com o governo dos Estados Unidos, porém, desde 1940 a S.H.I.E.L.D. é parte da Organização das Nações Unidas, o que invalidaria essa afirmação e abriria espaço para uma interpretação de atuação unilateral sempre que o personagem atua sem o aval ou contra as indicações da entidade.

<sup>118</sup> “[...] Capitão América trabalha para a o quartel general de divisão e intervenção e espionagem internacional (SHIELD)” (SCOTT, 2001, p. 216, tradução nossa).

Figura 19 – As armas de destruição em massa



Fonte: (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 20)

Como exposto na figura 19, Nick Fury alerta: “Gents, you know that all of Saddam Hussein’s unaccounted bio-weapons can fit in ten two-car garages. Guess to which Caribbean hideaway we think the whole shebang’s been delivered?”<sup>119</sup> (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 20). A opção por armas biológicas, dentre todas as modalidades de armas de destruição em massa, se torna não só mais lógica, devido a comprovada utilização desse armamento na guerra Irã-Iraque (1980-88) e contra os curdos (1988), mas também pelos que Bolton credits como “[...] our vulnerability to attack from biological agents, as evidenced recently in the anthrax releases”<sup>120</sup> (2001, s.p.).

<sup>119</sup> “Senhores, vocês sabem que todas as armas biológicas não declaradas de Saddam Hussein podem ser escondidas em dez garagens para dois carros. Adivinhem para qual esconderijo caribenho acreditamos que as armas foram enviadas?” (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 20, tradução nossa).

<sup>120</sup> “[...] nossa vulnerabilidade a ataques de armas biológicas, como recentemente evidenciado com os ataques via anthrax” (BOLTON, 2001, s.p., tradução nossa).

Logo, Morales e Bachalo (2004b) não só evidenciam a existência das armas biológicas de Saddam Hussein, mas também um plano para utilizar esse arsenal biológico em um ataque à Cuba, que seria creditado aos Estados Unidos devido à péssima relação existente entre os dois Estados, fato esse que, por sua vez, colocaria a opinião pública internacional contra os Estados Unidos. Além disso, os autores confirmam, através das palavras de Fury, que os fugitivos de Guantánamo que utilizarão as armas biológicas de Saddam pertencem à al-Qaeda, criando uma ligação entre a organização terrorista e o líder iraquiano, a qual nunca foi comprovada.

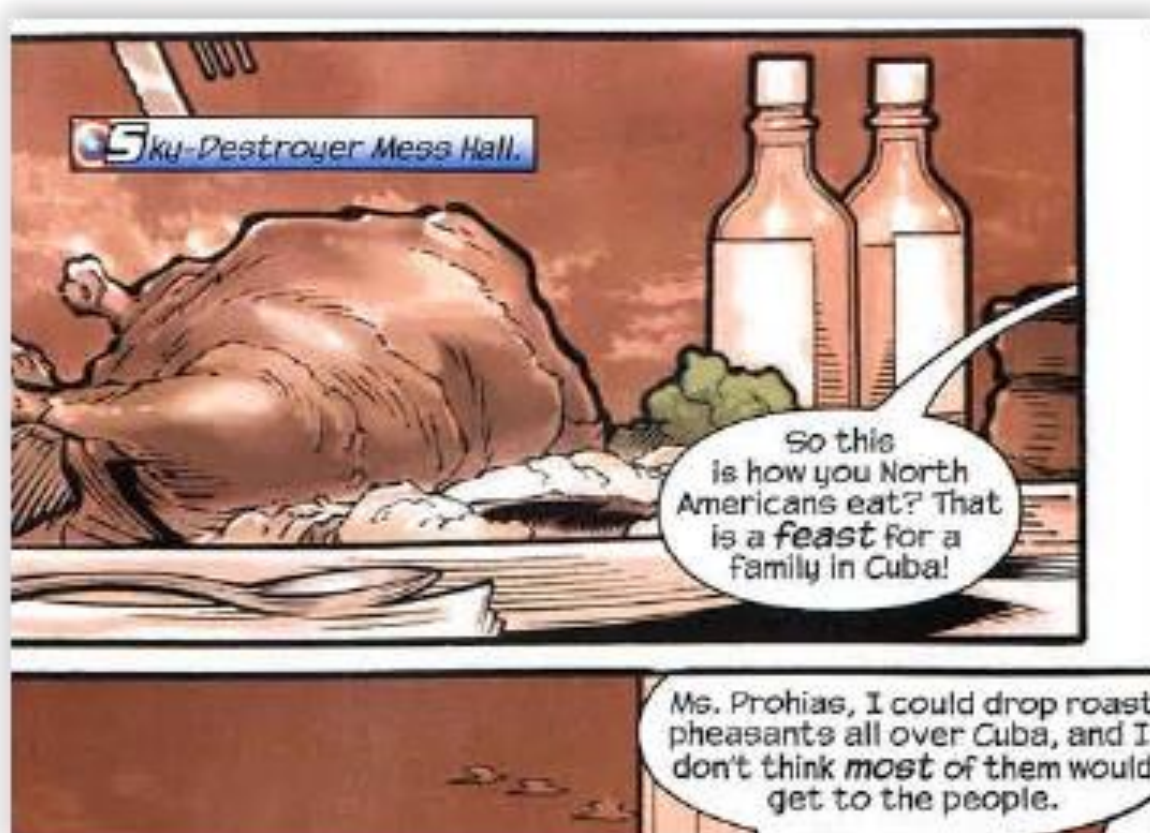
Além de construir essas relações, a *Comic Book* traz pesadas críticas à Cuba e busca relacionar o Estado com o terrorismo, para tanto, cria tentativas de aquisição de armas de destruição em massa e outros elementos que buscam difamar a reputação do país. Esse tipo de abordagem corrobora as críticas do subsecretário de Estado da Administração Bush, John Bolton, que alegava que Cuba pertencia ao grupo de países que buscavam ter acesso às armas de destruição em massa e que apoiavam o terrorismo:

Havana has long provided safe haven for terrorists, earning it a place on the State Department's list of terrorist-sponsoring states. [...] We know that Cuba is collaborating with other state sponsors of terror. [...] The United States believes that Cuba has at least a limited offensive biological warfare research and development effort<sup>121</sup> (BOLTON, 2001, s.p.).

---

<sup>121</sup> “Havana tem sido um porto de segurança para terroristas, conquistando seu lugar na lista de estados apoiadores do terrorismo feita pelo departamento de Estado. [...] Nós sabemos que Cuba tem colaborado com outros Estados patrocinadores do terror. [...] Os Estados Unidos acreditam que Cuba tem, pelo menos, uma limitado esforço de pesquisa em desenvolvimento sobre guerra biológica ofensiva” (BOLTON, 2001, s.p., tradução nossa).

Figura 20 – A corrupção cubana



Fonte: (MORALES; BACHALO, 2004d, p. 14)

Em sua busca pelos terroristas em solo cubano, o Capitão América encontra diversas pessoas comuns e debate com elas as mazelas da sociedade cubana, alegando que o país é vítima de uma grande rede de corrupção, pois, como mostra a figura 20, “[...] I could drop roast pheasants all over Cuba, and I don’t think **most** of them would get to the people”<sup>122</sup> (MORALES; BACHALO, 2004d, p. 14, grifo do autor). Contudo, o encontro mais interessante do Capitão América acontece com uma versão caricaturada do líder cubano, Fidel Castro.

O encontro do símbolo norte-americano com Fidel Castro cria um elemento significativo, uma vez que em nenhum momento o presidente dos Estados Unidos aparece nas páginas da *Comic Book*. Isso pode ser visto como um sinal de desprezo, uma vez que o líder dos Estados Unidos se mostra como uma figura tão ocupada e respeitosa que não deve ser caricaturada, enquanto o líder cubano não só aparece

<sup>122</sup> “[...] Eu poderia largar faisões assados por toda a ilha de Cuba e não acredito que a população teria acesso à **maioria** deles” (MORALES; BACHALO, 2004d, p. 14, grifos do autor, tradução nossa)

como também se propõe a apresentar o Capitão América para seu povo. Essa apresentação pode ser compreendida também como uma submissão às forças estadunidenses, indicando que mesmo sem relações oficiais entre os países, Cuba teria de se submeter aos interesses norte-americanos.

Figura 21 – Um “super-herói” cubano



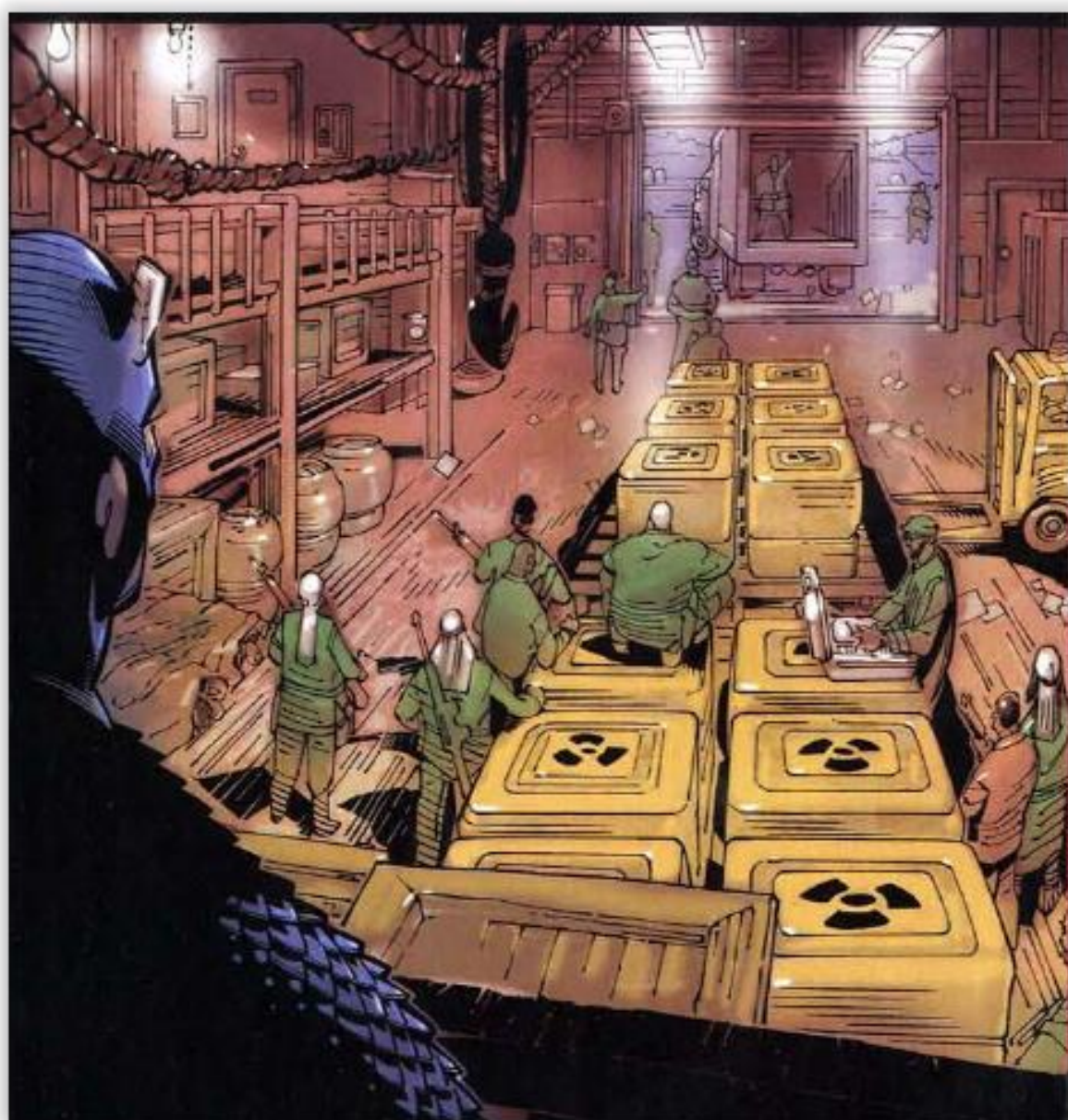
Fonte: (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 34)

A introdução feita por Fidel, exposta na figura 19, traz a seguinte fala de seu líder: “This is Captain America... a champion of the Cuban people”<sup>123</sup> (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 34). Apresentar uma figura que passou a década de 1950 esmagando comunistas como um “super-herói” do povo cubano demonstra uma falta de respeito absoluta para com seu próprio povo, mas tudo seria justificado pelos objetivos secretos de Fidel.

<sup>123</sup> “Esse é o Capitão América... um campeão do povo cubano” (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 34, tradução nossa)

Assim, ainda em solo cubano, o Capitão América trabalharia junto com dois militares do país e, após investigações, chegam a uma instalação que conteria todas as armas biológicas de Saddam Hussein, sendo preparadas pelos fugitivos de Guantánamo. Aqui, como pode ser percebido na figura 22, uma vez mais a caracterização dos fundamentalistas é observada, pois apesar de não utilizarem as vestimentas islâmicas tradicionais, o emprego de turbantes pressupõe que seja muçulmanos fundamentalista, ou jihadistas, como se consagrou o termos internacionalmente.

Figura 22 – Jihadistas e as armas de destruição em massa



Após identificar as armas de destruição em massa e engajar no combate com os terroristas, a vitória parecia completa. Contudo, o plano secreto de Fidel é revelado e o leitor fica sabendo que o líder cubano pretendia rouba-las após receber o auxílio do “super-herói” norte-americano. Mais uma tentativa da administração Bush de desconstruir a imagem de Cuba e de seu governante.

Figura 23 – A traição Cubana



Fonte: (MORALES; BACHALO, 2004d, p. 33)

Dessa forma, na figura 23, a militar Luísa abandona o status de aliada do Capitão, afirmando que “[...] those weapons are now the property of Cuba. I will shot you and your prisoner if you stay”<sup>124</sup> (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 33). Assim os militares cubanos são enquadrados na mesma classificação dos terroristas, eles se mostram inconsequentes na luta por seus objetivos e não protegem a vida da mesma forma que o Capitão América.

O arco *Homeland* de Capitão América (V4), à vista disso, se torna um material que se propõe a explicar diversos argumentos levantados pela administração Bush,

<sup>124</sup> “[...] essas armas agora são propriedade de Cuba. Eu atirarei em você e no seu prisioneiro se ficar” (MORALES; BACHALO, 2004c, p. 33).



que apesar não terem sido comprovados de fato, ocupam posições de destaque nas fantasiosas páginas da *Comic Book*.

Outros elementos da Doutrina Bush e da própria sociedade civil norte-americana podem ser conferidos nas páginas da *Comic Book* Capitão América (V4), entretanto é através da reprodução dos temas levantados nesse capítulo que essa produção cultural demonstra uma esmagadora força de atração, diminuindo os defeitos e ressaltando as virtudes dos Estados Unidos da América e demonstrando como o sonho americano de liberdade é possível a todos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da hipótese de que, devido à representação de diversos elementos da Doutrina Bush, existem fortes indicativos de que a *Comic Books* Capitão América (V4) (2002-2006) pode ser compreendida como um elemento de *soft power* da política externa do governo George W. Bush (2001-2009), compete ressaltar as seguintes considerações pautadas por elementos ponderados no decorrer desse trabalho.

De acordo com o que foi analisado no capítulo 2, o *soft power* cunhado por Joseph Nye Jr., se destaca como uma forma alternativa de exercer poder no novo contexto internacional que se apresentava no pós-Guerra Fria. Assim, esse novo poder de cooptação e atração seria fundamental na busca dos Estados Unidos pela manutenção de sua situação hegemônica, diminuindo os custos dessa hegemonia e aplacando as críticas sobre atuações imperialistas do país.

O *soft power*, contudo, é de difícil mensuração de resultados efetivos, o que poderia atribuir alguma limitação à estratégia. Estudos mais recentes buscam compreender melhor essa prática, porém resultados inteiramente conclusivos ainda são impossíveis, devido à influência muitas vezes abstrata e que necessita de um longo processo de maturação.

Essas incertezas, se, por um lado são relevantes e devam ser consideradas num estudo científico, por outro, não permitem menosprezar o papel que o *soft power* e a diplomacia cultural exercem no cenário internacional que tem a globalização como uma de suas características. Reportes do ACOCD (2005) confirmam o interesse estatal dos Estados Unidos na utilização desse depositário de poder, principalmente devido à sua capacidade de atração de elites consideravelmente menos custosa que intercâmbios e com uma abrangência consideravelmente maior. Além disso, ainda que respostas racionais aos problemas de ordem externa sejam o padrão dentro da atuação internacional dos Estados, muitas vezes o prestígio de um Estado, derivado de seu poder de atração, pode influenciar positivamente em oportunidades de cooperação.

Como abordado no terceiro capítulo, a atuação externa de George W. Bush, amparada pelos falcões neoconservadores e apreciada por parte da sociedade norte-americana, foi amplamente criticada pela opinião pública de diversos países, reduzindo muito o *soft power* norte-americano em determinados aspectos. Essa crítica da opinião pública de diversos países é derivada da abordagem dos Estados Unidos em temas sensíveis como o terrorismo, a invasão ao Iraque e as crises relacionadas às violações de direitos humanos.

A redução do *soft power* no período Bush não foi encarada como um grande problema por parte da administração devido aos pressupostos neoconservadores como o *bandwagoning* e a prioridade em se mostrar com uma firme liderança capaz de responder com grande ímpeto a quaisquer ameaças.

Contudo, Nye (2004) aponta que a influência cultural dos Estados Unidos manteve-se sem desgastes durante toda a administração Bush, apesar da redução considerável da atratividade do país derivada de outras fontes de *soft power*. Sendo assim, é na influência cultural exercida através de produções culturais publicadas enquanto George W. Bush esteve na presidência que temos de buscar possíveis influências de *soft power*.

Dentre essas produções culturais, as *Comic Books* exercem uma influência considerável dentro da sociedade norte-americana, mas no século XXI acabam também promovendo importantes valores e apresentando a perspectiva dos Estados Unidos para diversos jovens do planeta. Até porque, esta camada social passou a acessar esse material através de publicações oficiais em seu país ou pela internet.

A *Comic Book* Capitão América (V4) certamente se destaca como um dos principais meios de diplomacia cultural ao divulgar aspectos da sociedade norte-americana para o público civil de outros Estados e promover temas como o nacionalismo dentro da própria sociedade norte-americana.

Nas reproduções da *Comic Book*, o personagem Capitão América passa por interessantes alterações na busca por inserção em um novo contexto. Dentre essas alterações, a que mais se destaca é o fato de que, anteriormente, durante o mandato dos republicanos na presidência do país, o Capitão América abandonou seu posto diversas vezes por discordar de diretrizes tomadas pelo governo, entretanto, durante

a presidência do republicano George W. Bush, temos o personagem e a narrativa atuando a partir das propostas de política externa e abandonando a crítica aos republicanos.

A maneira como a *Comic Book* reproduz o discurso nacionalista de George W. Bush, promovendo o recrutamento é categórico. Para tanto, utiliza reproduções de pôsteres de recrutamento da Segunda Guerra Mundial, fato esse que indicaria a retomada da antiga função que o Capitão América exercia, qual seja, ser modelo para todos os jovens que desejem participar do conflito e liderar o país.

A *Comic Book* também propõe uma defesa das novas diretrizes de política externa do governo Bush ao indicar a importância do ataque preventivo ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão sobre possíveis erros anteriores da atuação externa estadunidense. Com isso, induz o leitor a aceitar a promessa de que aqueles erros não mais ocorrerão, pois agora o foco é na defesa da população local e na libertação da mesma.

A alteração colossal nas representações dos terroristas, que passaram de grupos megalomaniacos bem definidos e identificáveis por seus armamentos e uniformes caricaturados para reproduções claras dos grupos terroristas combatidos pelo exército norte-americano na época, também demonstram uma consonância com a política externa do governo de George W. Bush. Da mesma maneira, a defesa desses grupos “pela morte” e suas atitudes inconsequentes são contrapostas pela defesa “da vida” promovida pelo “super-herói” norte-americano, uma atuação que gera grande poder de atração internacional. Até porque, a pena de morte existente em alguns estados norte-americanos e é constantemente criticada pela opinião pública de diversos países.

A consonância com a Doutrina Bush pode ser observada, também, no fato de que a *Comic Book* também se propõe a restaurar parte do prestígio militar que fora degradado com as denúncias de violações dos direitos humanos, ao demonstrar a prisão de Guantánamo com ótimas condições de vida e oferecendo um tratamento respeitoso aos detentos.

A *Comic Book* ainda cria uma trama que permite explicar os fracassos norte-americanos na busca por armas de destruição em massa no Iraque, ao mesmo tempo

em que constrói uma ligação entre Saddam Hussein e a al-Qaeda – uma relação presente nos discursos de Bush, mas que nunca foi comprovada. O arco da *Comic Book* que defende a existência dessas armas apresenta também uma série de críticas à Cuba, evidenciando a corrupção do país e de seu líder, alegando que Fidel estaria buscando armas de destruição em massa.

Além de todos esses fatores, nomes importantes dentro da mitologia do personagem apresentaram uma atuação de acordo com a política externa do período, com destaque para o fato de que um dos criadores do personagem, Joe Simon, refazendo a arte de Capitão América Nº 1, como declarado em entrevista para a *Comics Riffs*, expressa que: “I did an updated version of the famous Comic Book cover, this time featuring bin Laden, and one day we may make it public”<sup>125</sup> (SIMONS, 2001, s.p.).

Assim, ao rebater críticas, promover atração e atingir diretamente a opinião pública de diversos países, fica evidenciado que a *Comic Book* Capitão América (V4) pode ser considerado como um elemento de *soft power* da política externa de George W. Bush. Ainda que, conforme exposto, não haja como mensurar seu poder de impacto efetivo junto aos leitores, o fato de que teve uma grande tiragem oficial junto a sua disponibilidade na internet em versão oficial e em versões não oficiais em diversos outros idiomas ajuda a reforçar o interesse do público pelas ideias ali dispostas.

---

<sup>125</sup> “Eu fiz uma versão atualizada da famosa capa da Comic Book, dessa vez com Bin Laden, e um dia talvez publicaremos ela.” (SIMONS, 2001, s.p., tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

ACOCD. **Cultural diplomacy**: the lynchpin of public diplomacy. Washington: US Department of State, 2005. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/54374.pdf>>. Acesso em: 10 de Julho de 2015.

ARRAES, Virgilio C. Estados Unidos: efeitos da ufania política no Iraque. In: DINIZ, Eugenio (ORG.). **Estados Unidos**: Política externa e atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009. P. 239-266.

ARRIGHI, Giovani. **O longo século XX**: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BIJOS, Leila. Security threats in the aftermath of September 11TH: The evolution of U.S. perceptions from Afghanistan to the intervention of Iraq. In: DINIZ, Eugenio (ORG.). **Estados Unidos**: Política externa e atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009. P. 189-206.

BUSH, G. W. **Remarks by the President Upon Arrival**. Washington: The white House, 2001. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010916-2.html>>. Acesso em: 19 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. **The National Security Strategy of the United States of America** (NSS-2002). Washington: The White House, 2002. Disponível em <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2002/index.html>>. Acesso em: agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Decision points**. New York: Crown Publishers, 2010.

BUSSO, Anabella. President George W. Bush's foreign policy and its impact on international perceptions. In: DINIZ, Eugenio (ORG.). **Estados Unidos**: Política externa e atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009. P. 239-266.

BUY WAR BONDS. **Office of war information**. 1941-1945. Poster.

CASSADAY, John. **John Cassaday Interview**. 2001. Entrevista concedida ao *Comic Book Resources*. Disponível em <<http://www.comicbookresources.com/?page=article&id=540>>. Acesso em 2 de Outubro de 2015.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise**: 1919-1939. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CLINTON, William J. **Remarks at the White house conference on culture and diplomacy**, discurso realizado na abertura da conferência sobre cultura e democracia, 28 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=975>>. Acesso em 11 de Julho de 2015.

CULL, Nicholas J. **Public diplomacy: Lessons from the past**. Los Angeles: Figueroa Press, 2009.

CUMMINGS, Milton C. **Cultural diplomacy and the United States Government: A Survey**. Washington: Center for Arts and Culture, 2003.

DITTMER, Jason. Captain's America Empire: reflections on identity, popular culture, and post 9/11 geopolitics. In: *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 95, Issue 3, p.626 -643, setembro de 2005. Disponível em <[http://www.academia.edu/2446135/Captain\\_Americas\\_Empire\\_Reflections\\_on\\_Ide ntity\\_Po](http://www.academia.edu/2446135/Captain_Americas_Empire_Reflections_on_Ide ntity_Po)>. Acesso em 3 de outubro de 2015.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães, Brasília: Edunb, 2000.

EMIRATES247. **Osama Bin Laden na realidade**. 2004. Fotografia.

FAN, Ying. Soft power: the power of attraction or confusion? *Place Branding And Public Diplomacy*, Basingstoke, v. 4, n. 2, p.147-158, nov. 2007. Disponível em: <[https://www.academia.edu/5185400/Soft\\_power\\_the\\_power\\_of\\_attraction\\_or\\_confusion](https://www.academia.edu/5185400/Soft_power_the_power_of_attraction_or_confusion)>. Acesso em: 29 mar. 2015.

FIORI, J.L. O sistema mundial, no início do século XXI. In: FIORI, JL; SERRANO, F; MEDEIROS, C. **O mito do colapso americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

FORD, Peter. Europe Cringes at Bush "Crusade" against terrorists. *Paris: The Christian Science Monitor*, 2009. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/2001/0919/p12s2-woeu.html>>. Acesso 14 de Agosto de 2015.

FREEMAN, C.W. Jr. **Arts of Power: Statecraft and Diplomacy**, Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

FUKUYAMA, Francis. **America at the crossroads: Democracy, Power and the Neoconservative Legacy**. Yale: Yale University Press, 2012.

GOLDSMITH, Benjamin; HORIUCHI, Yusaku. **In Search of Soft Power: Does Foreign Public Opinion Matter for US Foreign policy?** In: *Crawford School Research Paper*, n. 8. Crawford, 2012.

HALL, Richard A. **The Captain America Conundrum: Issues of Patriotism, Race, and Gender in Captain America Comic Books, 1941-2001.** Alabama: Auburn University, 2011.

HAM, Peter V. Power, Public Diplomacy, and the Pax Americana. In: MELLISEN, J. (ORG). **The new public diplomacy: Soft power in international relations.** New York: Palgrave Macmillian, 2005, p. 47-67

HERZFIELD, Michael. Anthropology and the politics of significance. In: **Etnográfica**, vol. IV, nº 1, 2000.

HUNTINGTON, S. **The clash of civilizations and the remaking of world order.** New York: Touchstone, 1997.

I WANT YOU. **Office of war information.** 1941-1945. Poster.

KEEGAN, John. **A Guerra do Iraque.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, Henry A. The rules of preventive force: Nuclear weapons, Terrorism Require Rethinking a Time-Honored Approach. **The Washington Post.** Washington: abril 2006.

KRAUTHAMMER, Charles. In defense of democratic realism. In: **The national interest.** New York: fall 2004.

KRISTAL, Irving. The Neoconservative Persuasion. In: **The Weekly Standard.** August 25, 2003

LOPES, Liana A. Doutrina Bush e a hegemonia estadunidense. In: DINIZ, Eugenio (ORG.). **Estados Unidos: Política externa e atuação na política internacional contemporânea.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009. p. 223-238.

MANHATAN U.S. Attorney Office. **Al queda na realidade.** 2001. Fotografia.

MEARSHEIMER, John J. **Morgenthau and the Iraq War: realism versus neo-conservatism.** Opendemocracy LTD, 21 de abril de 2005. Disponível em <[https://www.opendemocracy.net/democracy\\_americanpower/morgenthau\\_2522.jsp#>](https://www.opendemocracy.net/democracy_americanpower/morgenthau_2522.jsp#>). Acesso em: 12 de ago de 2015.

MEDVED, Michael. Captain America, traitor? - The Comic Book hero goes anti-american. In: **National Review Online**, Abril de 2003. Disponível em



<<http://www.nationalreview.com/article/206451/captain-america-traitor-michael-medved>>. Acesso em 2 de outubro de 2015.

MELLISEN, J. The new public diplomacy: between theory and practice. In: MELLISEN, J. (ORG). **The new public diplomacy**: Soft power in international relations. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 47-67

MORGENTHAU, Hans. **A política entre nações**. Brasília: EDUNB, IPRI; São Paulo: IOESP, 2003.

NYE JR., Joseph S. Soft Power. **Foreign Policy**, [s.1.], (80): p. 153-171, autumn. 1990

\_\_\_\_\_. **Soft Power**: The means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Paradoxo do Poder Americano**. Lisboa: Gradiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **The powers to lead**. New York: Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Get Smart: Combining Hard and Soft Power. **Foreign Affairs**, Tampa, v. 88, n. 4, s.p., jul. 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-07-01/get-smart>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

PEDROSO, R. A. D. A. **Vestindo ainda mais a bandeira dos EUA**: O capitão América pós 11 de setembro. Dissertação – USP. São Paulo, 2014. Disponível em <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16012015-183159/publico/2014\\_RodrigoAparecidoDeAraujoPedroso\\_VCorr.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16012015-183159/publico/2014_RodrigoAparecidoDeAraujoPedroso_VCorr.pdf)>. Acesso em 15 setembro de 2015.

PEIXOTO, Antonio C. Desventuras de um império global. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: 2002, vol. 16 nº46, p. 37-52

REAGAN, Ronald. **Addressing to the national association of evangelicals**, realizado perante a associação nacional de evangélicos, 8 de março de 1983. Disponível em <<http://voicesofdemocracy.umd.edu/reagan-evil-empire-speech-text/>>. Acesso em: 1 de agosto de 2015.

RHOADES, Shirel. **A complete history of American Comic Books**. New York: Peter lang, 2008.

ROOSEVELT, Theodore. **Theodore Roosevelt: An Autobiography**. New York: The Macmillan press company, 1913.

SCAHILL, Jeremy. **Guerras Sujas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SCHNEIDER, Cynthia P. Culture communicates: US Diplomacy That works. In: MELLISEN, J. (ORG). **The new public diplomacy: Soft power in international relations**. New York: Palgrave Macmillian, 2005, p. 147 -168

SCOTT, Cord A. **Comics and conflict: War and Patriotically themed comics in American cultural history from World War II to Iraq**. Illinois: Loyola University Chicago, 2011.

\_\_\_\_\_. **Written in Red, White, and Blue: A Comparison of Comic Book Propaganda from World War II and September 11**. The Journal of Popular Culture, New Jersey, volume 40, número 2, p. 325-343, Março de 2007.

\_\_\_\_\_. **From HYDRA to Al Qaeda: Depictions of Terrorism in Comic Books**. In: RE-VISIONING TERRORISM CONFERENCE, 2011, Lafayette. Papers, Purdue e-pubs. Disponível em <<http://docs.lib.purdue.edu/revisioning/2011/908/12/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

SIMONS, Joe. **JOE SIMON R.I.P.:** Remembering the legend “Captain America” co-creator, who died at 98. Washington: 2011. Disponível em <[https://www.washingtonpost.com/blogs/comic-riffs/post/joe-simon-rip-remembering-the-legendary-captain-america-co-creator-who-has-died-at-98/2011/12/15/gIQAWTvMwO\\_blog.html](https://www.washingtonpost.com/blogs/comic-riffs/post/joe-simon-rip-remembering-the-legendary-captain-america-co-creator-who-has-died-at-98/2011/12/15/gIQAWTvMwO_blog.html)>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

TEIXEIRA, Carlos G. P. **O pensamento neoconservador em política externa nos estados unidos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WEBER, MAX. **Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology**. Berkley: U. California Press, 1978.

YOUNG, Carissa. “With great power comes Great Responsibility”: American Comic Book Censorship and the Cold War Consensus. In: **Northwest passage**. Vol 1, issue 1, 2014.

**REFERÊNCIAS DE COMIC BOOKS**

JURGENS, Dan; LAYTON, Bob. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 47, November 2001.

MORALES, Robert; BACHALO, Chris. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 21, February 2004.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 22, March 2004.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 23, April 2004.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 24, May 2004.

RIEBER, John Ney; CASSADAY, John. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 1, June 2002.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 2, July 2002.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 3, August 2002.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 4, September 2002.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 5, October 2002.

\_\_\_\_\_. **Captain America**. New York: Marvel Comics, nº 6, November 2002.